

IRANIPAPEL E EMBALAGEM S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado					
		31.12.19	31.12.18	Controladora	31.12.17	31.12.16	31.12.15
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado, não auditado*	Reapresentado	Reapresentado, não auditado*	Reapresentado, não auditado*
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.318	130.778	75.896	82.844	80.822	132.219
Bancos conta vinculada	9	29.165	-	8.732	94.198	29.165	-
Contas a receber de clientes	6	160.804	167.058	167.140	153.644	162.252	168.705
Estoques	7	76.761	71.799	71.588	66.875	76.845	71.859
Tributos a recuperar	8	79.420	5.017	5.757	5.233	79.421	5.018
Dividendos a receber	-	-	-	-	4.400	-	5.758
Outros ativos	10	33.441	8.808	13.635	19.482	33.779	8.845
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	41.580	-	-	-	41.580	-
Total do ativo circulante	11	499.489	383.460	342.748	426.676	503.864	386.646
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Contas a receber de clientes	6	1.576	2.168	-	-	1.576	2.168
Tributos a recuperar	8	76.911	3.793	2.067	2.392	76.911	3.793
Depósitos judiciais	661	958	2.135	1.849	952	1.253	2.453
Outros ativos	10	1.924	2.700	4.725	15.220	1.951	2.727
Total do ativo realizável a longo prazo	81.072	9.619	8.927	19.461	81.390	9.941	9.271
Investimentos em controladas	13	132.593	210.149	222.354	262.078	-	-
Propriedade para investimento	14	21.734	19.531	33.605	34.839	5.575	3.398
Ativo biológico	16	66.298	44.030	55.423	94.715	154.518	186.600
Imobilizado	15.a	635.793	738.742	755.898	778.543	669.785	809.353
Direito de uso de ativos	34	22.425	-	-	22.425	-	-
Intangível	15.b	141.233	130.191	112.088	112.367	141.989	130.726
Total do ativo não circulante	1.101.148	1.152.262	1.188.295	1.302.003	1.075.682	1.140.018	1.202.609
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.600.637</b>	<b>1.535.722</b>	<b>1.531.043</b>	<b>1.728.679</b>	<b>1.579.546</b>	<b>1.526.664</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

## **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Nota	Explicativa	Controladora				Consolidado	
		31.12.19	31.12.18	Reapresentado	31.12.17	31.12.16	31.12.17
<b>Operações continuadas</b>							
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	25	888.804	788.049	693.486	631.840	898.779	799.159
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16, 26	12.226	7.734	(1.333)	1.621	7.970	1.244
Custo dos produtos vendidos	26	(640.866)	(532.812)	(458.253)	(457.449)	(638.349)	(533.757)
<b>LUCRO BRUTO</b>							
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	26	(80.136)	(71.495)	(64.852)	(62.191)	(83.270)	(71.495)
Com vendas	6	(595)	(1.316)	(1.676)	(2.650)	(595)	(1.316)
Pérdidas por <i>impairment</i> contas a receber	26	(59.343)	(54.540)	(54.757)	(49.224)	(61.905)	(56.090)
Gerais e administrativas	27	86.466	827	(64.611)	(6.872)	82.492	(7.305)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	13	(1.527)	(7.041)	(6.218)	37.598	-	-
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>							
(Despesas) financeiras, líquidas	28	(234.669)	(91.431)	(97.289)	(95.444)	(234.647)	(92.392)
Receitas financeiras	77.247	25.444	19.984	31.446	77.285	25.482	20.841
Despesas financeiras	(311.916)	(116.875)	(117.273)	(126.890)	(311.932)	(117.874)	(119.219)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTARIOS</b>							
(29.640)	37.975	(55.503)	(2.771)	(29.525)	38.048	(55.387)	(707)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	-	-	2	(299)	(406)	(525)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	56.096	(10.764)	(9.985)	27.113	56.280	(9.576)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>							
<b>Operações descontinuadas</b>							
(PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	37	(106.048)	(27.434)	(40.518)	(34.059)	(106.048)	(27.434)
(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(79.592)	(223)	(106.006)	(9.715)	(79.592)	(223)
Prejuízo atribuível a:							
Acionistas controladores		(79.592)	(223)	(106.006)	(9.715)	(79.592)	(223)
<b>Operações continuadas</b>							
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUIDO PORAÇÃO ON - R\$	24	0,1610	0,1656	(0,3985)	0,1481	0,1610	0,1656
(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUIDO PORAÇÃO PN - R\$	24	0,1610	0,1656	(0,3985)	0,1481	0,1610	0,1656
<b>Operações descontinuadas</b>							
(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUIDO PORAÇÃO ON - R\$	24	(0,6453)	(0,1669)	(0,2465)	(0,2072)	(0,6453)	(0,1669)
(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUIDO PORAÇÃO PN - R\$	24	(0,6453)	(0,1669)	(0,2465)	(0,2072)	(0,6453)	(0,1669)

\*Os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado		
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17
	Reapresentado	Reapresentado,	Reapresentado,	Reapresentado,	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado,
		não auditado*	não auditado*	não auditado*	não auditado*	não auditado*	não auditado*
Prejuízo do exercício	(79.592)	(223)	(106.006)	(9.715)	(79.592)	(223)	(9.715)
Itens a serem posteriormente reclassificados no resultado	108.691	(30.818)	3.695	63.425	108.691	(30.818)	3.695
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	164.683	(46.694)	5.598	96.099	164.683	(46.694)	5.598
IR e CSLL <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	(55.992)	15.876	(1.903)	(32.674)	(55.992)	15.876	(1.903)
Outros resultados abrangentes	108.691	(30.818)	3.695	63.425	108.691	(30.818)	3.695
Atribuível a acionistas controladores	29.099	(31.041)	(102.311)	53.710	29.099	(31.041)	(102.311)
Resultado abrangente do exercício	29.099	(31.041)	(102.311)	53.710	29.099	(31.041)	(102.311)
	<b>29.099</b>	<b>(31.041)</b>	<b>(102.311)</b>	<b>53.710</b>	<b>29.099</b>	<b>(31.041)</b>	<b>(102.311)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	(6.834)	Pagamento baseado em ações				Reservas de lucros				Ajustes de avaliação do patrimônio	Lucros acumulados	Participação das ações não controladoras	Participação atribuída às ações controladoras	Total 13
				90	Leal	25	Estatutária de ativos biológicos	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	106.320	56.230					
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2016</b>																
Total do resultado abrangente do exercício																
Prejuízo do exercício	23.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.715)	-	-	-	
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.f.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.425	-	-	-	
Realização - custo atribuído	23.f.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23.d.	-	-	-	-	-	(4.298)	-	-	-	-	8.947	-	-	-	
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	23.d.	-	-	-	-	-	(387)	-	-	-	-	4.298	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício							(4.685)	-	-	-	-	387	-	-	-	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							(4.685)	-	-	-	-	53.710	-	-	-	
Redução de capital	23.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Destinações de repositas	23.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.067)	-	-	-	(4.067)
Dividendos	23.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros								(150)	-	-	-	150	-	-	-	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								(150)	-	-	-	(150)	-	-	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentada, não auditada*)	161.895	(6.834)	90	25	51.545	106.170	4.900	127.507	-	-	-	(4.067)	(4.067)	(3)	(3)	(4.067)
Total do resultado abrangente do exercício												(3.917)	-	-	-	
Prejuízo do exercício	23.c.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.f.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	
Realização - custo atribuído	23.f.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.530	-	-	-	
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	23.d.	-	-	-	-	-	(13.354)	-	-	-	-	13.354	-	-	-	
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	23.d.	-	-	-	-	-	(518)	-	-	-	-	518	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício							(13.872)	-	-	-	-	(8.835)	(79.644)	(102.310)	(102.310)	(102.310)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas							(13.872)	-	-	-	-	(106.066)	(106.066)	-	-	
Redução de capital	23.a.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.095	-	-	-	
Destinações de repositas	23.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.530)	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros								(13.354)	-	-	-	13.354	-	-	-	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								(13.354)	-	-	-	(518)	-	-	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentada, não auditada*)	161.895	(6.834)	90	25	37.673	26.566	4.900	118.627	-	-	-	(79.644)	(79.644)	(102.310)	(102.310)	(102.310)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

\*Os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

## IRAN PAPEL E EMBALAGEM S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Nata explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Pagamento baseado em ações	Reservas de lucros	Estatutária de ativos bolkegos	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Preços acumulados	Abusos de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação attributiones controladoras	Participação attributiones não controladoras	Total
		16.895	(6.834)	960	25	37.673	26.566	4.990	-	118.672	-	343.947	8	343.955
Total do resultado abrangente do exercício														
Prejuízo do exercício	23.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(223)	-	(223)
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.818)	-	(30.818)
Realização - custo atribuído	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos bolkegos	23.d	-	-	-	-	(12.772)	-	-	-	-	-	12.772	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos bolkegos (controladoras)	23.d	-	-	-	-	(590)	-	-	-	-	590	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(13.362)	-	-	-	-	(39.760)	22.987	-	(31.941)
Total de contribuições das acionistas e distribuições aos acionistas														
Destinações propostas	23.d	-	-	-	151	-	-	-	-	-	-	(151)	-	-
Reserva legal	23.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.520)	-	(5.520)
Dividendos	23.d	-	-	-	151	-	-	-	-	-	-	(16.416)	-	(16.416)
Reserva de retenção de lucros	23.d	-	-	-	-	-	16.416	-	-	-	-	(22.987)	-	(22.987)
Total de contribuições das acionistas e distribuições aos acionistas		16.895	(6.834)	960	176	24.311	42.982	4.990	-	78.906	-	307.386	8	307.394
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Representado)														
Total do resultado abrangente do exercício														
Prejuízo do exercício	23.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(79.592)	-	(79.592)
<i>Hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.i	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.691)	-	(108.691)
Realização - custo atribuído	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos bolkegos	23.d	-	-	-	-	(3.502)	-	-	-	-	-	2.502	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos bolkegos (controladoras)	23.d	-	-	-	-	(8.047)	-	-	-	-	-	8.047	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(10.549)	-	-	-	-	-	(45.150)	-	(45.150)
Total de contribuições das acionistas e distribuições aos acionistas														
Distribuição de não controladoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Destinações propostas	23.d	-	-	-	(176)	-	-	-	-	-	-	176	-	-
Reserva legal	23.c	-	-	-	-	-	1.774	-	-	(1.774)	-	-	-	-
Dividendos	23.d	-	-	-	-	(44.756)	-	-	-	-	-	44.756	-	-
Reserva de retenção de lucros	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218	-	-
Preços acumulados	23.c	-	-	-	-	(179)	-	(42.982)	-	(1.992)	-	45.150	-	(45.150)
Total de contribuições das acionistas e distribuições aos acionistas		16.895	(6.834)	960	-	13.762	-	4.990	-	(1.992)	-	163.704	-	163.704
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019												336.485	6	336.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

Nota Explicativa	31.12.19	Controladora		
		31.12.18 Reapresentado	31.12.17 Reapresentado, não auditado*	31.12.16 Reapresentado, não auditado*
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
(Prejuízo)/Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das Operações Continuadas e Descontinuadas	(135.688)	10.541	(96.021)	(36.830)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16.a	(12.226)	(7.734)	1.333
Depreciação, amortização e exaustão	14,15,16	107.910	75.258	88.489
Receita de venda de ativo biológico		-	(23.339)	-
<i>Impairment</i> sobre ativo imobilizado	15.e	54.856	-	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado		(16.382)	2.676	9.567
Equivalência patrimonial	13	1.527	7.041	6.218
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	4.939	13.655	50.077
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	6	5.398	1.613	12.626
Provisão para perdas de outros ativos	6, 7,14	2.131	-	10.964
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	36	268.949	99.883	109.365
Juros sobre passivo de arrendamento	34,36	2.101	-	-
Juros sobre aplicação conta vinculada		(642)	-	-
Reversão ao valor realizável líquido		-	-	(287)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS	8	(143.157)	-	-
		139.716	179.594	192.618
				102.910
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber		(707)	(17.773)	(26.122)
Estoques		(7.370)	(211)	(4.713)
Impostos a recuperar		(5.398)	(986)	(199)
Outros ativos		1.415	19.010	(1.531)
Dividendos recebidos		16.494	14.466	16.777
Aumento (diminuição) de passivos:				
Fornecedores		(1.423)	29.495	15.995
Obrigações sociais e previdenciárias		(1.204)	1.736	4.136
Adiantamentos de clientes		3.401	(67)	107
Obrigações tributárias		(8.616)	(18.061)	10.703
Outras contas a pagar		(1.883)	(4.772)	(1.903)
Caixa gerado nas operações		134.425	202.431	205.868
				75.642
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(21.582)	(69.967)	(108.764)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(2.089)	-	-
Caixa líquido obtido das (usado nas) atividades operacionais		110.754	132.464	97.104
				(12.789)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de imobilizado		(48.709)	(65.968)	(33.986)
Aquisição de ativo biológico		(11.765)	(5.943)	(5.745)
Aquisição de intangível		(17.011)	(16.359)	(1.696)
Redução de capital em controladas	13	-	-	4.281
Aporte de capital		-	(2.200)	(70)
Recebimento em alienação de ativo imobilizado		28.715	13.119	(2.094)
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	(9.000)	-	(1.280)
Ressarcimento de partes relacionadas		-	17.743	-
Bancos conta vinculada		(28.523)	8.732	85.580
Caixa líquido (obtido das) aplicado nas atividades de investimento		(86.293)	(50.876)	45.736
				(77.864)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(3.725)	(68)	(4.143)
Passivo de arrendamento pago		(3.893)	-	-
Empréstimos captados		200.512	108.282	141.200
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)		493.609	-	-
Empréstimos e debêntures pagos		(763.424)	(134.920)	(286.845)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		(76.921)	(26.706)	(149.788)
				93.418
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		(52.460)	54.882	(6.948)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	130.778	75.896	82.844
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	78.318	130.778	75.896
				82.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

Nota Explicativa	Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	Reapresentado, não auditado*	Reapresentado, não auditado*
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
(Prejuízo)/Lucros antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das Operações Continuadas e Descontinuadas				
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	16.a	(7.970)	(1.244)	8.133
Depreciação, amortização e exaustão	14,15,16	122.184	117.677	102.364
Receita de venda de ativo biológico		-	(37.329)	-
<i>Impairment</i> sobre ativo imobilizado	15.e	54.856	-	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado		(16.211)	3.026	9.585
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	9.165	13.620	50.481
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	6	5.398	1.613	12.676
Provisão para perdas de outros ativos	6, 7,14	2.131	-	10.964
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	36	268.957	100.870	111.277
Juros sobre passivo de arrendamento	34,36	2.101	-	-
Juros sobre aplicação conta vinculada		(642)	-	-
Reversão ao valor realizável líquido		-	-	(287)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS	8	(143.157)	-	-
		161.239	208.847	209.575
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber		(508)	(18.436)	(26.573)
Estoques		(7.394)	293	(5.101)
Impostos a recuperar		(5.398)	(986)	(136)
Outros ativos		(224)	21.179	4.910
Aumento (diminuição) de passivos:				
Fornecedores		(5.265)	18.148	2.008
Obrigações sociais e previdenciárias		(934)	1.688	4.176
Adiantamentos de clientes		3.461	(67)	93
Obrigações tributárias		(7.824)	(16.993)	11.206
Outras contas a pagar		(4.231)	(4.862)	(1.882)
Caixa gerado nas operações		132.922	208.811	198.276
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(21.582)	(70.740)	(110.647)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(2.089)	-	-
Impostos pagos (IR e CSLL)		(1.422)	(1.405)	(891)
Caixa líquido obtido das (usado nas) atividades operacionais		107.829	136.666	86.738
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de imobilizado		(48.652)	(66.278)	(34.095)
Aquisição de ativo biológico		(16.587)	(10.440)	(8.059)
Aquisição de intangível		(17.232)	(16.359)	(1.696)
Redução de capital de não controladores		(2)	-	(2)
Recebimento em alienação de ativo imobilizado		28.736	13.119	(2.094)
Ressarcimento de partes relacionadas		-	17.743	-
Bancos conta vinculada		(28.523)	8.732	85.580
Caixa líquido (obtido das) aplicado nas atividades de investimento		(82.260)	(53.483)	39.634
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(3.725)	(68)	(4.143)
Passivo de arrendamento pagos		(3.893)	-	-
Empréstimos captados		200.512	108.395	141.200
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)		493.609	-	-
Empréstimos e debêntures pagos		(763.469)	(136.240)	(290.365)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento		(76.966)	(27.913)	(153.308)
<b>(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO</b>		(51.397)	55.270	(26.936)
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	5	132.219	76.949	103.885
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	5	80.822	132.219	76.949
				103.885

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora						Consolidado				
	31.12.19	31.12.18	Representado	31.12.17	Representado,	31.12.16	31.12.19	31.12.18	Reapresentado	31.12.17	31.12.16
<b>1. RECEITAS</b>											
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.428.078	1.219.371	1.150.919	1.022.190	não auditado*	1.005.422	1.438.658	1.245.579	não auditado*	1.029.947	não auditado*
1.2) Outras receitas	1.228.952	1.175.112	1.100.285	1.000.422	não auditado*	98.772	1.239.482	1.187.106	não auditado*	1.013.158	não auditado*
1.3) Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber - constituição	204.534	45.872	63.260	19.647	não auditado*	(5.398)	204.574	60.086	não auditado*	19.668	não auditado*
	(5.398)	(1.613)	(12.626)	(2.879)			(5.398)	(1.613)		(2.879)	
<b>2. INSUMOS ADQURIDOS DE TERCEIROS</b>											
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	769.124	684.903	695.143	574.092	não auditado*	490.338	745.246	654.855	não auditado*	551.531	não auditado*
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	449.511	600.460	478.613	417.209	não auditado*	82.683	328.037	84.824	não auditado*	465.231	não auditado*
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	319.613	84.443	205.566	1.071	não auditado*	-	-	-	não auditado*	85.229	não auditado*
	-	-	10.964	-			-	-		10.964	
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>											
	658.954	534.468	455.776	448.098	não auditado*	693.412	590.724	484.042	não auditado*	478.416	não auditado*
<b>4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>											
	107.910	75.258	88.489	68.452	não auditado*	122.184	117.677	102.364	não auditado*	78.188	não auditado*
<b>5. VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS</b>											
	(12.226)	(7.734)	1.333	(1.621)	não auditado*	(7.970)	(1.244)			8.133	
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)</b>											
	563.270	466.944	365.954	381.267	não auditado*	579.198	474.291	373.545	não auditado*	431.313	não auditado*
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>											
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	82.399	19.166	14.867	74.135	não auditado*	83.964	26.245	21.942	não auditado*	39.932	não auditado*
7.2) Receitas financeiras	(1.527)	(7.041)	(6.218)	37.598	não auditado*	36.537	83.964	26.245	não auditado*	-	não auditado*
	83.926	26.207	21.085	-			-	-		21.942	
<b>8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)</b>											
	645.669	486.110	380.821	455.402	não auditado*	663.162	500.536	395.487	não auditado*	471.245	não auditado*
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>											
9.1) Pessoal	645.669	486.110	380.821	455.402	não auditado*	663.162	500.536	395.487	não auditado*	471.245	não auditado*
9.1.1 - Remuneração direta	177.885	168.249	160.592	147.888	não auditado*	191.085	177.233	169.480	não auditado*	156.575	não auditado*
9.1.2 - Benefícios	138.389	130.152	124.885	114.632	não auditado*	145.598	136.007	130.887	não auditado*	120.618	não auditado*
9.1.3 - F.G.T.S.	32.226	30.253	28.013	25.957	não auditado*	37.819	32.989	30.445	não auditado*	28.213	não auditado*
9.2) Impostos, taxas e contribuições	7.20	7.844	7.694	7.299	não auditado*	7.668	8.237	8.148	não auditado*	7.744	não auditado*
9.2.1 - Federais	162.448	154.043	157.872	141.527	não auditado*	166.716	158.475	161.640	não auditado*	146.387	não auditado*
9.2.2 - Estaduais	104.648	100.516	104.733	93.645	não auditado*	108.529	104.547	108.182	não auditado*	98.088	não auditado*
9.2.3 - Municipais	55.191	51.727	51.693	46.435	não auditado*	55.298	51.962	51.848	não auditado*	46.720	não auditado*
9.3) Remuneração de capital de terceiros	2.609	1.800	1.446	1.447	não auditado*	2.889	1.966	1.610	não auditado*	1.579	não auditado*
9.3.1 - Juros	350.148	141.731	141.961	162.070	não auditado*	350.511	142.741	143.971	não auditado*	164.366	não auditado*
9.3.2 - Alugéis	343.898	130.091	131.404	150.323	não auditado*	343.912	131.090	133.350	não auditado*	152.363	não auditado*
9.4) Remuneração de capitais próprios	6.588	11.640	10.557	11.747	não auditado*	6.599	11.651	10.621	não auditado*	12.003	não auditado*
9.4.1 - Dividendos	(45.150)	22.087	(79.604)	3.917	não auditado*	(45.150)	22.087	(79.604)	não auditado*	3.917	não auditado*
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	-	5.520	-	4.067	não auditado*	-	5.520	-	não auditado*	4.067	não auditado*
	(45.150)	16.567	(79.604)	(150)	não auditado*	(45.150)	16.567	(79.604)	não auditado*	(150)	não auditado*

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

\* os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados na nota 2.3.

## IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.

### ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
16. ATIVO BIOLÓGICO
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18. DEBÊNTURES
19. FORNECEDORES
20. PARTES RELACIONADAS
21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24. RESULTADO POR AÇÃO
25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
30. SEGUROS
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS
33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA
37. OPERAÇÃO DESCONTINUADA
38. EVENTOS SUBSEQUENTES

## **Irani Papel e Embalagem S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Celulose Irani S.A., é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2020.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos despesas para vender, e instrumentos financeiros descritos nas notas explicativas nº 16 e nº 31, respectivamente.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.2.

## 2.1. Novos pronunciamentos ainda não vigentes:

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As mesmas serão aplicáveis para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 13/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 2.2. Novos pronunciamentos técnicos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Foi aprovada e emitida a seguinte nova norma pelo IASB e pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019.

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil): A nova norma substitui o CPC 06(R1)/IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros “passivos de arrendamentos” e o direito de uso do ativo arrendado “direito de uso dos ativos” para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Expedientes práticos estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente.

### i) Transição

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis como operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação após o final do período não cancelável. Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA. Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada também a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- i) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; e
- ii) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI).

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é entre de 12,06% a 14,43%.

<i>Em milhares de reais</i>	<b>1º de janeiro de 2019</b>
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 nas demonstrações financeiras consolidadas	56.900
Efeito de atualização dos fluxos de caixa futuro, por indicador de inflação, conforme apresentado de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17	(12.193)
Isenção de reconhecimento de arrendamentos que possuem o prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos, na transição Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	(16.147)
<b>Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>25.622</b>

A adoção inicial e o impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão divulgadas na nota explicativa 34.

2.3. Reapresentação de exercícios anteriores por retificação de erro e operação descontinuada

#### 2.3.1 – Operação descontinuada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP, conforme apresentado na nota explicativa nº 37. A Companhia apresenta abaixo os efeitos da reclassificação da operação descontinuada desde o último período apresentado nestas demonstrações financeiras, sendo que tal reclassificação não refere-se à reapresentação devido a retificação de erro.

#### 2.3.2 – Retificação de erro - venda de ativo biológico

Em abril de 2016, a Companhia e sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda celebraram com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. (“Global”), Contrato de Compra e Venda de Florestas, por meio do qual a Companhia vendeu 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500, de forma que a Global exploraria as florestas ao longo do prazo de 11 anos.

Em decorrência da Operação, a Global e a Companhia também celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas.

O contrato de compra e venda abrangia a outorga de opções de compra anuais em favor da controladora da Companhia (Irani Participações S.A.) e suas controladas, em relação

ao volume de madeira das florestas, exercíveis pelo período de 11 (onze) anos a partir de 2016, com preço de exercício fixo determinado em contrato, corrigido pelo IPCA.

A Companhia exerceu as opções de compra de 2016 a 2018, sendo que estas somavam aproximadamente 1.650 hectares de florestas. Em 21 de junho de 2018, as demais opções de compra foram rescindidas, inclusive a opção exercida de 2018, não permanecendo nenhuma opção de compra válida a partir desta data.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu esse contrato como receita de alienação de florestas (outras receitas e despesas operacionais) no montante de R\$ 55.500 e custo das florestas alienadas (outras receitas e despesas operacionais) no montante de R\$ 51.845 referentes à baixa das respectivas florestas (classificadas anteriormente como ativo biológico).

Em 06 de fevereiro de 2020, a Companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), através do Ofício nº 11/2020/CVM/SEP/GEA-5, referente ao Processo Administrativo SEI nº 19957.005258/2018-69 instaurado no respectivo órgão, a solicitação de reapresentação da respectiva transação, tendo em vista que a operação não atendeu aos critérios para reconhecimento da receita, conforme estabelecidos pela norma contábil vigente na data da transação (CPC 30(R1)/IAS 18).

No referido Ofício, o órgão regulador destaca, que a transação não atendeu aos critérios de reconhecimento da receita, tendo em vista que a receita deveria ser reconhecida quando houvesse a transferência dos riscos e benefícios substanciais inerentes à propriedade dos bens, ausência de envolvimento continuado relacionado à propriedade e ausência de efetivo controle pelo adquirente sobre o bem objeto da transação de venda. A conclusão da CVM, conforme Ofício nº 11/2020/CVM/SEP/GEA-5, foi de que na essência, a transação deveria ter sido considerada desde sua origem como uma transação financeira com os ativos dados em garantia. Desta forma, a CVM solicitou à Companhia o ajuste retrospectivo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reapresentando as demonstrações financeiras dos exercícios findos de 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 devido a retificação de erro, em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo atual.

A Companhia demonstra abaixo os ajustes relacionados nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, nas demonstrações dos fluxos de caixa e nas demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, apresentados de forma comparativa às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## i) Balanços patrimoniais

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Investimentos em controladas (c)	255.357	6.721	262.078	-	-	-
Ativo biológico (a)	69.696	25.019	94.715	235.407	50.305	285.712
Outros	1.371.886	-	1.371.886	1.444.544	-	1.444.544
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.696.939</b>	<b>31.740</b>	<b>1.728.679</b>	<b>1.679.951</b>	<b>50.305</b>	<b>1.730.256</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	876.909	31.394	908.303	876.909	49.959	926.868
Empréstimos e financiamentos curto prazo	266.926	551.758	818.684	266.926	553.544	820.470
Empréstimos e financiamentos longo prazo	609.983	(520.364)	89.619	609.983	(503.585)	106.398
Debêntures (b)	40.466	-	40.466	40.466	-	40.466
Debêntures curto prazo	31.114	9.352	40.466	31.114	9.352	40.466
Debêntures longo prazo	9.352	(9.352)	-	9.352	(9.352)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139.548	(721)	138.827	153.192	(721)	152.471
Outros	194.825	-	194.825	164.183	-	164.183
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.251.748</b>	<b>30.673</b>	<b>1.282.421</b>	<b>1.234.750</b>	<b>49.238</b>	<b>1.283.988</b>
Reservas de lucros	154.829	1.067	155.896	154.829	1.067	155.896
Outros	290.362	-	290.362	290.372	-	290.372
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>445.191</b>	<b>1.067</b>	<b>446.258</b>	<b>445.201</b>	<b>1.067</b>	<b>446.268</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.696.939</b>	<b>31.740</b>	<b>1.728.679</b>	<b>1.679.951</b>	<b>50.305</b>	<b>1.730.256</b>
Impactos da retificação de erros controladora						
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Investimentos em controladas (c)	212.909	9.445	222.354	-	-	-
Ativo biológico (a)	33.711	21.712	55.423	190.796	46.231	237.027
Outros	1.253.266	-	1.253.266	1.311.043	-	1.311.043
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.499.886</b>	<b>31.157</b>	<b>1.531.043</b>	<b>1.501.839</b>	<b>46.231</b>	<b>1.548.070</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	772.096	26.145	798.241	772.096	41.219	813.315
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160.975	1.778	162.753	174.208	1.778	175.986
Outros	226.102	-	226.102	214.814	-	214.814
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.159.173</b>	<b>27.923</b>	<b>1.187.096</b>	<b>1.161.118</b>	<b>42.997</b>	<b>1.204.115</b>
Reservas de lucros	59.186	3.234	62.420	59.186	3.234	62.420
Outros	281.527	-	281.527	281.535	-	281.535
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>340.713</b>	<b>3.234</b>	<b>343.947</b>	<b>340.721</b>	<b>3.234</b>	<b>343.955</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.499.886</b>	<b>31.157</b>	<b>1.531.043</b>	<b>1.501.839</b>	<b>46.231</b>	<b>1.548.070</b>
Impactos da retificação de erros controladora						
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em controladas (c)	210.149	-	210.149	-	-	-
Ativo biológico (a)	44.030	-	44.030	186.600	-	186.600
Outros	1.281.543	-	1.281.543	1.340.064	-	1.340.064
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.535.722</b>	<b>-</b>	<b>1.535.722</b>	<b>1.526.664</b>	<b>-</b>	<b>1.526.664</b>
Empréstimos e financiamentos (b)	824.875	-	824.875	824.966	-	824.966
Dividendos a pagar (d)	3.769	1.774	5.543	3.769	1.774	5.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	157.642	-	157.642	170.541	-	170.541
Outros	240.276	-	240.276	218.220	-	218.220
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.226.562</b>	<b>1.774</b>	<b>1.228.336</b>	<b>1.217.496</b>	<b>1.774</b>	<b>1.219.270</b>
Reservas de lucros	67.399	(1.774)	65.625	67.399	(1.774)	65.625
Outros	241.761	-	241.761	241.769	-	241.769
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>309.160</b>	<b>(1.774)</b>	<b>307.386</b>	<b>309.168</b>	<b>(1.774)</b>	<b>307.394</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.535.722</b>	<b>-</b>	<b>1.535.722</b>	<b>1.526.664</b>	<b>-</b>	<b>1.526.664</b>

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

## ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Demonstrações do resultado para exercício findo:	Impactos da retificação de erros controladora e reclassificação da operação descontinuada				Impactos da retificação de erros consolidado e reclassificação da operação descontinuada			
	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16
	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada, não auditado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada, não auditado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Receita líquida de vendas (b)	769.805	(137.542)	(423)	631.840	776.795	(137.542)	(423)	638.830
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	1.938	-	(317)	1.621	27.394	-	3.691	31.085
Custo dos produtos vendidos	(596.872)	132.837	6.586	(457.449)	(593.422)	132.837	6.308	(454.277)
Com vendas	(83.703)	21.512	-	(62.191)	(83.703)	21.512	-	(62.191)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	-	(2.650)	-	(2.650)	-	(2.650)	-	(2.650)
Gerais e administrativas	(51.320)	2.096	-	(49.224)	(52.642)	2.096	-	(50.546)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.735)	(536)	(4.601)	(6.872)	(2.488)	(536)	(3.845)	(6.869)
Outras receitas operacionais (b)	40.714	(835)	(34.700)	5.179	61.536	(835)	(55.500)	5.201
Outras despesas operacionais (a)	(42.449)	299	30.099	(12.051)	(64.024)	299	51.655	(12.070)
Resultado da equivalência patrimonial (c)	35.130	-	2.468	37.598	-	-	-	-
Receitas financeiras	36.537	(5.091)	-	31.446	39.932	(5.091)	-	34.841
Despesas financeiras (b)	(146.956)	23.433	(3.367)	(126.890)	(146.978)	23.433	(5.385)	(128.930)
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	(37.176)	34.059	346	(2.771)	(35.112)	34.059	346	(707)
Imposto de renda e contribuição social corrente	2	-	-	2	(1.348)	-	-	(1.348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.392	-	721	27.113	25.678	-	721	26.399
Prejuízo das operações descontinuadas	-	(34.059)	-	(34.059)	-	(34.059)	-	(34.059)
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(10.782)	-	1.067	(9.715)	(10.782)	-	1.067	(9.715)
Total do resultado abrangente	52.643	-	1.067	53.710	52.643	-	1.067	53.710
Impactos da retificação de erros controladora e reclassificação da operação descontinuada								
Demonstrações do resultado para exercício findo:	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17
	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada, não auditado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada, não auditado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
	851.069	(157.009)	(574)	693.486	859.169	(157.009)	(574)	701.586
Receita líquida de vendas (b)	(1.030)	-	(303)	(1.333)	(10.847)	-	2.714	(8.133)
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	(621.676)	152.011	11.412	(458.253)	(622.425)	152.011	7.628	(462.786)
Custo dos produtos vendidos	(87.365)	22.513	-	(64.852)	(87.365)	22.513	-	(64.852)
Com vendas	-	(1.676)	-	(1.676)	-	(1.676)	-	(1.676)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	(56.954)	2.197	-	(54.757)	(58.744)	2.197	-	(56.547)
Gerais e administrativas	(74.063)	9.452	-	(64.611)	(74.053)	9.452	-	(64.601)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	36.857	(906)	-	35.951	36.937	(906)	-	36.031
Outras receitas operacionais (b)	(110.920)	10.358	-	(100.562)	(110.990)	10.358	-	(100.632)
Outras despesas operacionais (a)	(3.539)	-	(2.679)	(6.218)	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial (c)	21.085	(1.101)	-	19.984	21.942	(1.101)	-	20.841
Receitas financeiras	(128.214)	14.131	(3.190)	(117.273)	(128.248)	14.131	(5.102)	(119.219)
Despesas financeiras (b)	(100.687)	40.518	4.666	(55.503)	(100.571)	40.518	4.666	(55.387)
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	-	-	-	-	(525)	-	-	(525)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.486)	-	(2.499)	(9.985)	(7.077)	-	(2.499)	(9.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(40.518)	-	(40.518)	-	(40.518)	-	(40.518)
Prejuízo das operações descontinuadas	(108.173)	-	2.167	(106.006)	(108.173)	-	2.167	(106.006)
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(104.478)	-	2.167	(102.311)	(104.478)	-	2.167	(102.311)
Impactos da retificação de erros controladora e reclassificação da operação descontinuada								
Demonstrações do resultado para exercício findo:	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18
	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificação da operação descontinuada	Ajustes	Reapresentado
	921.707	(134.655)	997	788.049	932.817	(134.655)	997	799.159
Receita líquida de vendas (b)	6.138	-	1.596	7.734	(1.368)	-	2.612	1.244
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	(670.709)	132.754	5.143	(532.812)	(668.334)	132.754	1.823	(533.757)
Custo dos produtos vendidos	(85.812)	14.317	-	(71.495)	(85.812)	14.317	-	(71.495)
Com vendas	(1.613)	297	-	(1.316)	(1.613)	297	-	(1.316)
Perdas por <i>impairment</i> contas a receber	(56.763)	2.223	-	(54.540)	(58.313)	2.223	-	(56.090)
Gerais e administrativas	367	45	415	827	461	45	(7.811)	(7.305)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (a,b)	4.476	-	(11.517)	(7.041)	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial (c)	26.207	(763)	-	25.444	26.245	(763)	-	25.482
Receitas financeiras	(128.445)	13.216	(1.646)	(116.875)	(128.457)	13.216	(2.633)	(117.874)
Despesas financeiras (b)	15.533	27.434	(5.012)	37.975	15.626	27.434	(5.012)	38.048
Lucro operacional antes dos efeitos tributários	-	-	-	-	(406)	-	-	(406)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.542)	-	1.778	(10.764)	(12.209)	-	1.778	(10.431)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(27.434)	-	(27.434)	-	(27.434)	-	(27.434)
Prejuízo das operações descontinuadas	3.011	-	(3.234)	(223)	3.011	-	(3.234)	(223)
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(27.807)	-	(3.234)	(31.041)	(27.807)	-	(3.234)	(31.041)

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

Não houveram efeitos nos outros resultados abrangentes, sendo que os efeitos nas demonstrações de resultados abrangentes devem-se aos impactos no lucro (prejuízo) líquido de cada exercício reapresentado.

### iii) Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa 2016	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	(37.176)	346	(36.830)	(35.112)	346	(34.766)
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	(1.938)	317	(1.621)	(27.394)	(3.691)	(31.085)
Depreciação, amortização e exaustão (a)	93.788	(25.336)	68.452	124.802	(46.614)	78.188
Equivaléncia patrimonial (c)	(35.130)	(2.468)	(37.598)	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	118.445	3.367	121.812	118.445	5.385	123.830
Outros ativos (c)	7.465	(4.253)	3.212	7.444	-	7.444
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	(85.064)	(3.367)	(88.431)	(85.064)	(5.385)	(90.449)
Outros itens das atividades operacionais	(41.785)	-	(41.785)	(62.937)	-	(62.937)
Caixa líquido usado na (obtido das) atividades operacionais	18.605	(31.394)	(12.789)	40.184	(49.959)	(9.775)
Caixa líquido aplicado/(obtido) nas atividades de investimento	(77.864)	-	(77.864)	(124.055)	-	(124.055)
Empréstimos captados (b)	262.076	35.123	297.199	262.076	55.923	317.999
Empréstimos e debêntures pagos (b)	(199.740)	(3.729)	(203.469)	(199.740)	(5.964)	(205.704)
Outros itens das atividades de financiamento	(312)	-	(312)	(312)	-	(312)
Caixa líquido usado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	62.024	31.394	93.418	62.024	49.959	111.983
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.765	-	2.765	(21.847)	-	(21.847)
Demonstração dos Fluxos de Caixa 2017	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	(100.687)	4.666	(96.021)	(100.571)	4.666	(95.905)
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	1.030	303	1.333	10.847	(2.714)	8.133
Depreciação, amortização e exaustão (a)	85.485	3.004	88.489	95.576	6.788	102.364
Equivaléncia patrimonial (c)	3.539	2.679	6.218	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	106.175	3.190	109.365	106.175	5.102	111.277
Outros ativos (c)	3.872	(5.403)	(1.531)	4.910	-	4.910
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	(105.624)	(3.140)	(108.764)	(105.624)	(5.023)	(110.647)
Outros itens das atividades operacionais	98.015	-	98.015	66.606	-	66.606
Caixa líquido usado na (obtido das) atividades operacionais	91.805	5.299	97.104	77.919	8.819	86.738
Caixa líquido aplicado/(obtido) nas atividades de investimento	45.736	-	45.736	39.634	-	39.634
Empréstimos captados (b)	140.626	574	141.200	140.626	574	141.200
Empréstimos e debêntures pagos (b)	(280.972)	(5.873)	(286.845)	(280.972)	(9.393)	(290.365)
Outros itens das atividades de financiamento	(4.143)	-	(4.143)	(4.143)	-	(4.143)
Caixa líquido usado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	(144.489)	(5.299)	(149.788)	(144.489)	(8.819)	(153.308)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(6.948)	-	(6.948)	(26.936)	-	(26.936)
Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	15.553	(5.012)	10.541	15.626	(5.012)	10.614
Variação do valor justo dos ativos biológicos (a)	(6.138)	(1.596)	(7.734)	1.368	(2.612)	(1.244)
Depreciação, amortização e exaustão (a)	51.950	23.308	75.258	68.833	48.844	117.677
Receita de venda de ativo biológico (b)	-	(23.339)	(23.339)	-	(37.329)	(37.329)
Equivaléncia patrimonial (c)	(4.476)	11.517	7.041	-	-	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	98.237	1.646	99.883	98.237	2.633	100.870
Outros ativos (c)	21.082	(2.072)	19.010	21.179	-	21.179
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	(68.676)	(1.291)	(69.967)	(68.675)	(2.065)	(70.740)
Outros itens das atividades operacionais	21.771	-	21.771	(4.361)	-	(4.361)
Caixa líquido usado na (obtido das) atividades operacionais	129.303	3.161	132.464	132.207	4.459	136.666
Caixa líquido aplicado/(obtido) nas atividades de investimento	(50.876)	-	(50.876)	(53.483)	-	(53.483)
Empréstimos e debêntures pagos (b)	(131.759)	(3.161)	(134.920)	(131.781)	(4.459)	(136.240)
Outros itens das atividades de financiamento	108.214	-	108.214	108.327	-	108.327
Caixa líquido usado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	(23.545)	(3.161)	(26.706)	(23.454)	(4.459)	(27.913)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	54.882	-	54.882	55.270	-	55.270

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

#### iv) Demonstrações do valor adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16	31.12.16
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
1. Receitas	1.070.732	(48.542)	1.022.190	1.099.289	(69.342)	1.029.947
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços (b)	1.005.845	(423)	1.005.422	1.013.581	(423)	1.013.158
1.2) Outras receitas	67.766	(48.119)	19.647	88.587	(68.919)	19.668
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	586.162	(12.070)	574.092	563.601	(12.070)	551.531
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	502.408	(12.070)	490.338	477.301	(12.070)	465.231
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	484.570	(36.472)	448.098	535.688	(57.272)	478.416
4. Depreciação, Amortização e Exaustão (a)	93.788	(25.336)	68.452	124.802	(46.614)	78.188
5. Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (a)	(1.938)	317	(1.621)	(27.394)	(3.691)	(31.085)
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4-5)	392.720	(11.453)	381.267	438.280	(6.967)	431.313
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	71.667	2.468	74.135	39.932	-	39.932
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	35.130	2.468	37.598	-	-	-
8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	464.387	(8.985)	455.402	478.212	(6.967)	471.245
9. Distribuição do Valor Adicionado	464.387	(8.985)	455.402	478.212	(6.967)	471.245
9.3) Remuneração de capital de terceiros	158.703	3.367	162.070	158.981	5.385	164.366
9.3.1 - Juros (b)	146.956	3.367	150.323	146.978	5.385	152.363
9.4) Remuneração de capitais próprios	16.269	(12.352)	3.917	16.269	(12.352)	3.917
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	12.202	(12.352)	(150)	12.202	(12.352)	(150)

  

Demonstração do Valor Adicionado	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17	31.12.17
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
1. Receitas	1.125.091	25.828	1.150.919	1.134.067	25.828	1.159.895
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços (b)	1.100.859	(574)	1.100.285	1.109.805	(574)	1.109.231
1.2) Outras receitas	36.858	26.402	63.260	36.938	26.402	63.340
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	707.060	(11.917)	695.143	687.770	(11.917)	675.853
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	490.530	(11.917)	478.613	467.635	(11.917)	455.718
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	418.031	37.745	455.776	446.297	37.745	484.042
4. Depreciação, Amortização e Exaustão (a)	85.485	3.004	88.489	95.576	6.788	102.364
5. Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (a)	1.030	303	1.333	10.847	(2.714)	8.133
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4-5)	331.516	34.438	365.954	339.874	33.671	373.545
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	17.546	(2.679)	14.867	21.942	-	21.942
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	(3.539)	(2.679)	(6.218)	-	-	-
8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	349.062	31.759	380.821	361.816	33.671	395.487
9. Distribuição do Valor Adicionado	349.062	31.759	380.821	361.816	33.671	395.487
9.3) Remuneração de capital de terceiros	138.771	3.190	141.961	138.869	5.102	143.971
9.3.1 - Juros (b)	128.214	3.190	131.404	128.248	5.102	133.350
9.4) Remuneração de capitais próprios	(108.173)	28.569	(79.604)	(108.173)	28.569	(79.604)
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	(108.173)	28.569	(79.604)	(108.173)	28.569	(79.604)

  

Demonstração do Valor Adicionado	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18	31.12.18
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
1. Receitas	1.188.596	34.671	1.223.267	1.200.815	48.509	1.249.324
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços (b)	1.174.115	997	1.175.112	1.186.109	997	1.187.106
1.2) Outras receitas	16.094	33.674	49.768	16.319	47.512	63.831
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	692.209	(7.306)	684.903	662.162	(7.307)	654.855
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	607.764	(7.304)	600.460	576.952	(6.921)	570.031
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.445	(2)	84.443	85.210	(386)	84.824
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)	496.387	41.977	538.364	538.653	55.816	594.469
4. Depreciação, Amortização e Exaustão (a)	51.950	23.308	75.258	68.833	48.844	117.677
5. Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos (a)	(6.138)	(1.596)	(7.734)	1.368	(2.612)	(1.244)
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4-5)	450.575	20.265	470.840	468.452	9.584	478.036
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	30.683	(11.517)	19.166	26.245	-	26.245
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	4.476	(11.517)	(7.041)	-	-	-
8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	481.258	8.748	490.006	494.697	9.584	504.281
9. Distribuição do Valor Adicionado	481.258	8.748	490.006	494.697	9.584	504.281
9.3) Remuneração de capital de terceiros	140.085	1.646	141.731	140.108	2.633	142.741
9.3.1 - Juros (b)	128.445	1.646	130.091	128.457	2.633	131.090
9.4) Remuneração de capitais próprios	18.881	7.102	25.983	18.881	6.951	25.832
9.4.2 - Lucros/(Prejuízos) do exercício retidos	15.135	7.102	22.237	15.135	6.951	22.086

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

Abaixo, apresentamos um breve descritivo dos ajustes efetuados em função da reapresentação da transação e do reconhecimento da mesma como uma transação financeira com ativos dados em garantia:

## a) Ativos biológicos

Os ajustes demonstrados na linha de ativos biológicos do balanço patrimonial nos exercícios findos de 2016 a 2018, referem-se ao estorno da contabilização de custos das florestas alienadas (outras receitas e despesas operacionais) e considerados como parte integrante dos ativos biológicos da Companhia, tendo seus efeitos na exaustão, variação do valor justo e custo da venda da floresta demonstrados no quadro abaixo:

Ativo biológico 2016	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Saldo em 01.01.16	92.870	-	92.870	261.559	-	261.559
Variação do valor justo	1.938	(317)	1.621	27.394	3.691	31.085
Exaustão custo histórico	(46)	(2.069)	(2.115)	(1.133)	(2.347)	(3.480)
Exaustão valor justo	(62)	(2.714)	(2.776)	(8.108)	(2.714)	(10.822)
Custo da venda da floresta	(30.119)	30.119	-	(51.675)	51.675	-
Outros	5.115	-	5.115	7.370	-	7.370
Saldo do ativo em 31 de dezembro de 2016	69.696	25.019	94.715	235.407	50.305	285.712
Ativo biológico 2017	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Saldo em 01.01.17	69.696	25.019	94.715	235.407	50.305	285.712
Variação do valor justo	(1.030)	(303)	(1.333)	(10.847)	2.714	(8.133)
Exaustão custo histórico	(275)	(1.430)	(1.705)	(1.316)	(5.214)	(6.530)
Exaustão valor justo	(393)	(1.574)	(1.967)	(9.119)	(1.574)	(10.693)
Outros	(34.287)	-	(34.287)	(23.329)	-	(23.329)
Saldo do ativo em 31 de dezembro de 2017	33.711	21.712	55.423	190.796	46.231	237.027
Ativo biológico 2018	Impactos da retificação de erros controladora			Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Saldo em 01.01.18	33.711	21.712	55.423	190.796	46.231	237.027
Variação do valor justo	6.138	1.596	7.734	(1.368)	2.612	1.244
Exaustão custo histórico	(20)	(179)	(199)	(1.478)	(3.498)	(4.976)
Exaustão valor justo	(31)	(204)	(235)	(15.110)	(204)	(15.314)
Custo da venda da floresta	-	(22.925)	(22.925)	-	(45.141)	(45.141)
Outros	4.232	-	4.232	13.760	-	13.760
Saldo do ativo em 31 de dezembro de 2018	44.030	-	44.030	186.600	-	186.600

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

## b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os ajustes demonstrados na linha de Empréstimos, financiamentos e debêntures do balanço patrimonial nos exercícios findos de 2016 a 2018, referem-se ao estorno da contabilização da receita de alienação de florestas (outras receitas e despesas operacionais) e também das receitas de contrato de prestação de serviços, que foram consideradas como dívida, tendo seus efeitos de atualização como em juros financeiros e fluxo de caixa.

Em consequência dos ajustes de reapresentação reconhecidos em 2016, que impactaram no índice relação entre dívida líquida e o EBITDA, indicador utilizado como cláusula financeira restritiva em alguns contratos de empréstimos, financiamento e debêntures naquela data, ficou verificado que a Companhia não atendeu este índice em 31 de dezembro de 2016, para aqueles contratos em que havia esta previsão, bem como para aqueles que possuíam cláusula de *cross default*. Desta forma, a Companhia reclassificou o saldo das referidas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo para curto prazo nos montantes de R\$

548.778 de empréstimos e financiamentos, e de R\$ 9.352 de debêntures nas demonstrações financeiras reapresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Considerando que durante o exercício de 2017 foram firmados alongamentos de todas as dívidas em que o índice era requerido, bem como as mesmas foram todas liquidadas até o exercício de 2019, o efeito da reclassificação foi revertido a partir do exercício de 2017. Os ajustes de reapresentação bem como da reclassificação das dívidas em 2016 estão demonstrados conforme abaixo:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	Controladora			Consolidado		
	31.12.16	31.12.17	31.12.18	31.12.16	31.12.17	31.12.18
	Reapresentado, não auditado (*)					
Saldo inicial (Reapresentado)	-	31.394	26.145	-	49.959	41.219
Desreconhecimento outras receitas	34.700	-	-	55.500	-	-
Desreconhecimento de prestação de serviços	423	574	-	423	574	-
Juros	3.367	3.191	1.646	5.385	5.102	2.633
Pagamento juros	(3.367)	(3.141)	(1.289)	(5.385)	(5.023)	(2.061)
Pagamento principal	(3.729)	(5.873)	(2.166)	(5.964)	(9.393)	(3.465)
Liquidação do contrato pela entrega de ativos	-	-	(23.339)	-	-	(37.329)
Reconhecimento de prestação de serviços	-	-	(997)	-	-	(997)
Transferências para o curto prazo	548.778	(548.778)	-	548.778	(548.778)	-
Transferências para o longo prazo	(548.778)	548.778	-	(548.778)	548.778	-
Saldo final (Reapresentado)	31.394	26.145	-	49.959	41.219	-

  

Movimentação de debêntures	Controladora			Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
	Reapresentado, não auditado (*)					
Transferências para o curto prazo	9.352	(9.352)	-	9.352	(9.352)	-
Transferências para o longo prazo	(9.352)	9.352	-	(9.352)	9.352	-

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

### c) Investimento em controladas

Os ajustes demonstrados na linha de Investimentos em controladas do balanço patrimonial nos exercícios findos de 2016 a 2018, são referentes aos ajustes da contabilização da receita de alienação de florestas (outras receitas e despesas operacionais) como dívida e contabilização de custos das florestas alienadas (outras receitas e despesas operacionais) como ativos biológicos na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, conforme abaixo:

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
Investimentos em Controladas			
Saldo em 01.01.16	272.231	-	272.231
Resultado da Equivalência Patrimonial	35.130	2.468	37.598
Outros	(52.004)	4.253	(47.751)
Saldo em 31.12.16	<u>255.357</u>	<u>6.721</u>	<u>262.078</u>
Saldo em 01.01.17	255.357	6.721	262.078
Resultado da Equivalência Patrimonial	(3.539)	(2.679)	(6.218)
Outros	(38.909)	5.403	(33.506)
Saldo em 31.12.17	<u>212.909</u>	<u>9.445</u>	<u>222.354</u>

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em Controladas			
Saldo em 01.01.18 (reapresentado, não auditado)	212.909	9.445	222.354
Resultado da Equivalência Patrimonial	4.476	(11.517)	(7.041)
Outros	(7.236)	2.072	(5.164)
Saldo em 31.12.18	<u>210.149</u>	<u>-</u>	<u>210.149</u>

#### d) Dividendos a pagar

Em função da reapresentação da transação, os ajustes demonstrados na linha de Dividendos a pagar no balanço patrimonial refletem as movimentações conforme quadro abaixo:

	2018		
	Impactos da retificação de erros consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Dividendos			
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	3.011	(3.234)	(223)
(-) Reserva legal	(151)	151	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	2.587	10.185	12.772
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	590	-	590
Outros	8.948	-	8.948
Lucro/(prejuízo) base para distribuição de dividendos	<u>14.985</u>	<u>7.102</u>	<u>22.087</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>3.746</u>	<u>1.774</u>	<u>5.520</u>

O valor de dividendos apurado decorrentes dos ajustes em 2018 no total de R\$ 1.774, será proposto pela Administração à aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

e) Resultado básico e diluído

Em função da reapresentação da transação, os ajustes no resultado básico e diluído, incluindo a operação continuada e descontinuada, são apresentados conforme quadro abaixo:

	Impactos da retificação de erros controladora e consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes, não auditado	Reapresentado, não auditado (*)
(Prejuízo)/lucro por ação básico e diluído - R\$ em 2016	(0,0656)	0,0065	(0,0591)
(Prejuízo)/lucro por ação básico e diluído - R\$ em 2017	(0,6582)	0,0132	(0,6450)

\*os valores correspondentes aos anos de 2017 e 2016 foram auditados antes dos ajustes mencionados.

	Impactos da retificação de erros controladora e consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído - R\$ em 2018	0,0183	(0,0197)	(0,0014)

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações financeiras foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de retificação de erros (nota explicativa 2.3) ou como resultado de uma operação descontinuada durante o exercício corrente (nota explicativa 37).

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Ativos financeiros

*Política contábil aplicável após 1º de janeiro de 2018*

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

c.1) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando necessário. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c.2) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c.3) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes, onde a Companhia utiliza

percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida do ativo.

d) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual

o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

f.1) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

*Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

#### f.2) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e despreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### f.3) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

##### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### f.4) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### f.5) *Impairment* de ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- (i) inadimplência ou atrasos do devedor;
- (ii) reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- (iii) indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- (iv) mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- (v) desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

g) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio ponderado móvel de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

O custo da madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

h) Investimentos em controladas

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

i) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo, sendo seu valor justo divulgado em nota explicativa.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

j) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

k) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da entidade e que:

- i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

l) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos são auferidos pela Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por ágio (*goodwill*), licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

m) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas

e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidos os custos para vender. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 16.

n) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“*Impairment*”)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Neste exercício foram identificados e reconhecidos valores de *impairment* referente a operação descontinuada conforme nota explicativa nº 15. A Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros para suas operações continuadas.

**o) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

**p) Empréstimos e financiamentos**

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

**q) Hedge de fluxo de caixa (Hedge Accounting)**

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta de “Outros resultados abrangentes” em “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afeta o resultado (por exemplo: quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

r) Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

*Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019*

r.1) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

r.2) Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 34.

#### r.3) Como arrendador

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento conforme nota explicativa nº 14. A Companhia continua classificando esses arrendamentos como arrendamentos operacionais não havendo impactos em suas demonstrações financeiras.

*Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019*

#### r.4) Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 15.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

#### r.5) Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

### s) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

t) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 15), avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda (nota explicativa 11), a realização dos créditos tributários deferidos (nota explicativa nº 12), provisões para *impairment* de contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 16), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22), além de redução do valor recuperável de ativos (nota explicativa nº 15).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

v) Reconhecimento das receitas

*Políticas contábeis aplicáveis após de 1º de janeiro de 2018*

As etapas para o reconhecimento da receita compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

*Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2018*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- i) Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

w) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período (nota explicativa nº 33).

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Irani Papel e Embalagem S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		Atividade	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Empresas controladas - participação direta	Habitasul Florestal S.A.		Produção florestal	100,00	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	Geração de energia elétrica	100,00	100,00	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	Comércio de madeiras	99,99	99,99	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	Geração de energia elétrica	99,56	99,56	99,56	99,43

\* em fase de avaliação de projetos eólicos para implementação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Fundo fixo	25	29	29	33	27	32	31	34
Bancos	14.272	26.634	8.860	3.610	14.336	27.111	9.060	3.759
Aplicações financeiras de liquidez imediata	64.021	104.115	67.007	79.201	66.459	105.076	67.858	100.092
	<u>78.318</u>	<u>130.778</u>	<u>75.896</u>	<u>82.844</u>	<u>80.822</u>	<u>132.219</u>	<u>76.949</u>	<u>103.885</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 95,5 % (91% em 2018) do CDI e possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
<b>Contas a receber de:</b>								
Clientes - mercado interno	153.802	152.680	156.145	151.194	155.246	154.327	157.179	152.434
Clientes - mercado externo	25.004	25.303	27.508	20.062	25.004	25.303	27.508	20.062
Clientes - renegociação	12.988	15.259	-	-	12.992	15.259	-	-
	<u>191.794</u>	<u>193.242</u>	<u>183.653</u>	<u>171.256</u>	<u>193.242</u>	<u>194.889</u>	<u>184.687</u>	<u>172.496</u>
Perdas estimadas em contas a receber de clientes	(29.414)	(24.016)	(16.513)	(17.612)	(29.414)	(24.016)	(16.563)	(18.269)
	<u>162.380</u>	<u>169.226</u>	<u>167.140</u>	<u>153.644</u>	<u>163.828</u>	<u>170.873</u>	<u>168.124</u>	<u>154.227</u>
Parcela do circulante	160.804	167.058	167.140	153.644	162.252	168.705	168.124	154.227
Parcela do não circulante	1.576	2.168	-	-	1.576	2.168	-	-

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
À vencer	145.179	151.741	153.891	129.543	145.730	152.785	154.811	129.947
Vencidos até 30 dias	8.821	8.567	14.187	15.679	9.363	8.803	14.230	15.769
Vencidos de 31 a 60 dias	2.368	3.612	4.872	3.961	2.486	3.769	4.892	3.962
Vencidos de 61 a 90 dias	1.399	2.132	2.616	2.164	1.513	2.274	2.616	2.164
Vencidos de 91 a 180 dias	2.630	1.437	2.227	1.377	2.753	1.505	2.227	1.446
Vencidos há mais de 180 dias	31.397	25.753	5.860	18.532	31.397	25.753	5.911	19.208
	<u>191.794</u>	<u>193.242</u>	<u>183.653</u>	<u>171.256</u>	<u>193.242</u>	<u>194.889</u>	<u>184.687</u>	<u>172.496</u>

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas em contas a receber de clientes para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

### Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2019	Provisão para perda estimada em 31.12.2019
A vencer	0,36%	145.730	(528)
Vencidos até 30 dias	0,26%	9.363	(24)
Vencidos de 31 a 180 dias	2,64%	6.752	(178)
Vencidos acima de 181 dias	91,36%	31.397	(28.684)
		<u>193.242</u>	<u>(29.414)</u>

### Consolidado

Exposição ao risco de crédito e perdas de créditos

	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto em 31.12.2018	Provisão para perda estimada em 31.12.2018
A vencer	0,30%	152.785	(457)
Vencidos até 30 dias	0,65%	8.803	(57)
Vencidos de 31 a 180 dias	2,28%	7.548	(172)
Vencidos acima de 181 dias	90,59%	25.753	(23.330)
		<u>194.889</u>	<u>(24.016)</u>

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2019 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia. Em geral, 98% dos títulos de contas a receber não possuem histórico de inadimplência.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Saldo no início do período	(24.016)	(16.513)	(17.612)	(14.733)	(24.016)	(16.563)	(18.269)	(15.390)
Reclassificação de Clientes Renegociação	-	(14.074)	-	-	-	(14.074)	-	-
Provisões para perdas reconhecidas	(5.398)	(1.613)	(12.626)	(2.879)	(5.398)	(1.613)	(12.676)	(2.879)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	-	8.184	13.725	-	-	8.234	14.382	-
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(29.414)</b>	<b>(24.016)</b>	<b>(16.513)</b>	<b>(17.612)</b>	<b>(29.414)</b>	<b>(24.016)</b>	<b>(16.563)</b>	<b>(18.269)</b>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 120.989 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e nº 18, em 31 de dezembro de 2019.

## 7. ESTOQUES

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Produtos acabados	32.926	31.626	8.321	7.689	32.926	31.626	8.828	7.792
Materiais de produção	21.864	18.792	39.056	36.012	21.879	18.792	39.056	36.012
Materiais de consumo	23.689	20.865	23.674	22.695	23.758	20.925	23.731	22.768
Outros estoques	690	516	537	479	690	516	537	479
	<b>79.169</b>	<b>71.799</b>	<b>71.588</b>	<b>66.875</b>	<b>79.253</b>	<b>71.859</b>	<b>72.152</b>	<b>67.051</b>
Redução ao valor realizável líquido	(2.408)	-	-	-	(2.408)	-	-	-
	<b>76.761</b>	<b>71.799</b>	<b>71.588</b>	<b>66.875</b>	<b>76.845</b>	<b>71.859</b>	<b>72.152</b>	<b>67.051</b>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui redução ao valor realizável líquido. O montante reconhecido em outras receitas/despesas operacionais líquidas como redução ao valor realizável líquido refere-se à provisão de estoques da operação descontinuada, conforme nota explicativa nº 37.

Parte dos estoques no valor de R\$ 23.421 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
ICMS	6.281	4.664	4.313	5.234	6.281	4.664	4.313	5.234
PIS/COFINS	148.244	2.541	832	155	148.244	2.541	832	155
IPI	299	105	400	187	299	105	400	187
Imposto de renda	272	397	38	137	272	397	38	137
Contribuição social	345	258	107	103	345	258	107	103
IRRF s/ aplicações	648	821	2.119	1.799	648	821	2.120	1.863
Outros	242	24	15	10	243	25	15	10
	<b>156.331</b>	<b>8.810</b>	<b>7.824</b>	<b>7.625</b>	<b>156.332</b>	<b>8.811</b>	<b>7.825</b>	<b>7.689</b>
Parcela do circulante	79.420	5.017	5.757	5.233	79.421	5.018	5.758	5.297
Parcela do não circulante	76.911	3.793	2.067	2.392	76.911	3.793	2.067	2.392

Os créditos de PIS e COFINS são basicamente referentes ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos relacionados ao processo 2006.34.00.035946-0 (Irani Papel e Embalagem S.A.). A Companhia obteve decisão favorável pela qual fica garantido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS para o período a partir de novembro de 2001. Diante disso, estimou o valor potencial dos créditos atualizados em R\$ 143.157 (R\$ 81.282 correspondente ao valor original do crédito e R\$ 61.875 referente a atualização pela SELIC) correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso das ações (novembro de 2006) até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF), calculado sobre o valor de ICMS destacado na nota fiscal de venda conforme fundamentação da decisão prolatada no processo, em linha com decisão do STF no RE 574.706 – Tema 69. A Companhia reconheceu o crédito nas demonstrações financeiras, sendo que o critério de ganho praticamente certo foi concretizado em 14 de outubro de 2019 com o trânsito em julgado do processo judicial, assim como o deferimento do Pedido de Habilitação de Crédito nº 11080.746434/2019-41 ocorrido em 24 de dezembro de 2019 que já está sendo utilizado para compensação de seus débitos de IPI, PIS e COFINS e estima que o crédito total deverá ser utilizado em aproximadamente 2 anos.

Os tributos a recuperar de PIS/COFINS referente ao processo 2006.34.00.035946-0 estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

## 9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Banco do Brasil - Nova York	-	-	6.188	13.537	-	-	6.188	13.537
Banco Itaú	29.165	-	-	18.545	29.165	-	-	18.545
Banco Santander	-	-	-	30.995	-	-	-	30.995
Banco Rabobank	-	-	2.149	18.584	-	-	2.149	18.584
Banco Itaú Trustee	-	-	-	12.537	-	-	-	12.537
Banco Original	-	-	395	-	-	-	395	-
Total circulante	<b>29.165</b>	<b>-</b>	<b>8.732</b>	<b>94.198</b>	<b>29.165</b>	<b>-</b>	<b>8.732</b>	<b>94.198</b>

O saldo de bancos conta vinculada é referente aos depósitos em aplicações financeiras junto ao Banco Itaú BBA no montante de R\$ 29.165, cujos recursos serão utilizados para Resgate

Antecipado Obrigatório da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais emitidas em 07 de novembro de 2019 conforme nota explicativa nº 17, atualizados por 96,7% do CDI.

## 10. OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Adiantamento a fornecedores	1.622	1.427	3.563	3.518	1.622	1.427	3.638	3.613
Créditos com funcionários	2.075	783	1.354	1.616	2.244	819	1.390	1.640
Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A	24.975	-	-	-	24.975	-	-	-
Renegociação de clientes	-	-	21.713	24.325	-	-	21.713	24.352
Despesas antecipadas	1.555	1.696	795	1.706	1.555	1.696	795	1.706
Crédito a receber XKW Trading	-	-	-	4.624	-	-	-	4.624
Crédito a receber Koch	4.082	6.500	1.847	-	4.082	6.500	1.847	-
Outros créditos	1.056	1.102	3.162	4.320	1.252	1.130	3.188	4.349
	<u>35.365</u>	<u>11.508</u>	<u>32.434</u>	<u>40.109</u>	<u>35.730</u>	<u>11.572</u>	<u>32.571</u>	<u>40.284</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	-	-	(14.074)	(5.407)	-	-	(14.074)	(5.407)
	<u>35.365</u>	<u>11.508</u>	<u>18.360</u>	<u>34.702</u>	<u>35.730</u>	<u>11.572</u>	<u>18.497</u>	<u>34.877</u>
Parcela do circulante	33.441	8.808	13.635	19.482	33.779	8.845	13.746	19.629
Parcela do não circulante	1.924	2.700	4.725	15.220	1.951	2.727	4.751	15.248

O saldo a receber da Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A, originado da operação de venda Imóveis Rurais descrita na nota explicativa nº 16, no montante de R\$ 24.975 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

## 11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em setembro de 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda, pela condição dos ativos, pela alta probabilidade da realização de venda e pelo empenho na realização da venda pela Administração da Companhia, conforme critérios de classificação definidos pelo CPC 31/IFRS 5.

Em dezembro de 2019, foi assinado Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, para a venda do imóvel industrial onde estava localizada a fábrica de embalagem de papelão ondulado, no valor de R\$ 41.200 mil. A concretização da transação está sujeita ao atendimento de determinadas condições precedentes. Devido as condições precedentes, seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, não houve reconhecimento das receitas e despesas destas operações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### *(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda*

Foi reconhecida provisão de R\$ 53.122 para redução ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda. A provisão foi registrada na demonstração do resultado do exercício da operação descontinuada.

*(b) Ativos mantidos para venda*

Em 31 de dezembro de 2019, o grupo de ativos mantidos para venda está apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos:

	31.12.19	31.12.18
Máquinas e equipamentos, prédios e terrenos	41.580	-
Ativos mantidos para venda	<u>41.580</u>	<u>-</u>

*(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos ORA*

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

*(d) Mensuração do valor justo*

A mensuração do valor justo para o grupo de ativos mantidos para venda de R\$ 41.580, foi classificada com base nos preços cotados com base em propostas de venda recebidas e também com base no Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda mencionado acima.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou, para o exercício de 2019 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

A Companhia não obteve lucro tributável nos últimos 3 exercícios sociais e devido a isto não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, no valor acumulado de R\$ 17.864.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Imposto de renda diferido ativo								
Sobre provisões temporárias	9.933	537	4.137	4.335	9.933	537	4.137	4.335
Sobre prejuízo fiscal	42.438	17.093	17.093	32.090	42.438	17.093	17.093	32.090
Hedge de fluxo de caixa	-	41.171	29.497	30.897	-	41.171	29.497	30.897
Contribuição social diferida ativa								
Sobre provisões temporárias	3.575	192	1.489	1.561	3.575	192	1.489	1.561
Sobre prejuízo fiscal	15.279	6.155	6.155	11.552	15.279	6.155	6.155	11.552
Hedge de fluxo de caixa	-	14.821	10.619	11.123	-	14.821	10.619	11.123
	<b>71.225</b>	<b>79.969</b>	<b>68.990</b>	<b>91.558</b>	<b>71.225</b>	<b>79.969</b>	<b>68.990</b>	<b>91.558</b>
PASSIVO	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Imposto de renda diferido passivo								
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	185	3.905	4.128	3.989	185	3.905	4.128	3.989
Valor justo dos ativos biológicos	27.419	24.964	25.722	30.165	28.345	26.629	27.604	32.314
Custo atribuído do ativo imobilizado	124.476	126.472	124.502	122.206	126.414	134.072	132.101	129.805
Subvenção governamental	194	520	590	981	194	520	590	981
Carteira de clientes	433	583	781	979	433	583	781	979
Amortização ágio fiscal	21.863	18.269	14.675	11.081	21.863	18.269	14.675	11.081
Contribuição social diferida passiva								
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	67	1.406	1.486	1.436	67	1.406	1.486	1.436
Valor justo dos ativos biológicos	9.871	8.987	9.260	10.859	10.371	9.886	10.277	12.020
Custo atribuído do ativo imobilizado	44.811	45.531	44.823	43.994	45.509	48.266	47.558	46.729
Subvenção governamental	70	187	212	353	70	187	212	353
Carteira de clientes	156	210	281	353	156	210	281	353
Amortização ágio fiscal	7.871	6.577	5.283	3.989	7.871	6.577	5.283	3.989
	<b>237.416</b>	<b>237.611</b>	<b>231.743</b>	<b>230.385</b>	<b>241.478</b>	<b>250.510</b>	<b>244.976</b>	<b>244.029</b>
Passivo de imposto diferido (líquido)								
	<b>166.191</b>	<b>157.642</b>	<b>162.753</b>	<b>138.827</b>	<b>170.253</b>	<b>170.541</b>	<b>175.986</b>	<b>152.471</b>

Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os impostos diferidos ativos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Controladora e Consolidado	
	Período	31.12.19
2020		10.756
2021		8.431
2022		9.860
2023		11.517
2024 em diante		30.661
		<b>71.225</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.16
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>						
Provisão para participações		(3.752)	79	-		(3.673)
Provisão para riscos diversos		(5.984)	3.761	-		(2.223)
Hedge de fluxo de caixa		(74.694)	-	32.674		(42.020)
Total diferenças temporárias		(84.430)	3.840	32.674		(47.916)
Prejuízos fiscais		(16.039)	(27.603)	-		(43.642)
		<b>(100.469)</b>	<b>(23.763)</b>	<b>32.674</b>	<b>-</b>	<b>(91.558)</b>

Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.17	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisão para participações		(3.673)	-	-	-	(3.673)
Provisão para riscos diversos		(2.223)	270	-	-	(1.953)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa		(42.020)	-	1.904	-	(40.116)
Total diferenças temporárias		(47.916)	270	1.904	-	(45.742)
Prejuízos fiscais		(43.642)	8.356	-	12.038	(23.248)
		<u>(91.558)</u>	<u>8.626</u>	<u>1.904</u>	<u>12.038</u>	<u>(68.990)</u>
Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.18	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.18
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisão para participações		(3.673)	3.673	-	-	-
Provisão para riscos diversos		(1.953)	1.224	-	-	(729)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa		(40.116)	-	(15.876)	-	(55.992)
Total diferenças temporárias		(45.742)	4.897	(15.876)	-	(56.721)
Prejuízos fiscais		(23.248)	-	-	-	(23.248)
		<u>(68.990)</u>	<u>4.897</u>	<u>(15.876)</u>	<u>-</u>	<u>(79.969)</u>
Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.19	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.19
Impostos diferidos ativos com relação a:						
Provisão para riscos diversos		(729)	(12.779)	-	-	(13.508)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa		(55.992)	-	55.992	-	-
Total diferenças temporárias		(56.721)	(12.779)	55.992	-	(13.508)
Prejuízos fiscais		(23.248)	(34.469)	-	-	(57.717)
		<u>(79.969)</u>	<u>(47.248)</u>	<u>55.992</u>	<u>-</u>	<u>(71.225)</u>
Controladora	passivo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos passivos com relação a:						
Variação cambial reconhecida por caixa		2.614	2.811	5.425	189	5.614
Valor justo dos ativos biológicos		51.088	(10.064)	41.024	(6.042)	34.982
Custo atribuído e revisão da vida útil		166.959	(759)	166.200	3.125	169.325
Subvenção governamental		1.291	43	1.334	(532)	802
Carteira de clientes		1.601	(269)	1.332	(270)	1.062
Amortização ágio fiscal		10.182	4.888	15.070	4.888	19.958
		<u>233.735</u>	<u>(3.350)</u>	<u>230.385</u>	<u>1.358</u>	<u>231.743</u>
Controladora	passivo	Saldo inicial 01.01.18	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.18	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.19
Impostos diferidos passivos com relação a:						
Variação cambial reconhecida por caixa		5.614	(303)	5.311	(5.059)	252
Valor justo dos ativos biológicos		34.982	(1.031)	33.951	3.339	37.290
Valor justo dos ativos biológicos cisão e incorporação		-	-	-	(953)	-
Custo atribuído e revisão da vida útil		169.325	2.678	172.003	(2.716)	169.287
Custo atribuído e revisão da vida útil cisão e incorporação		-	-	-	(7.699)	-
Subvenção governamental		802	(95)	707	(443)	264
Carteira de clientes		1.062	(269)	793	(204)	589
Amortização ágio fiscal		19.958	4.888	24.846	4.888	29.734
		<u>231.743</u>	<u>5.868</u>	<u>237.611</u>	<u>(8.847)</u>	<u>237.416</u>

Consolidado	passivo	Saldo inicial 01.01.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos passivos com relação a:				Reapresentado		Reapresentado
Variação cambial reconhecida por caixa		2.614	2.811	5.425	189	5.614
Valor justo dos ativos biológicos		53.685	(9.351)	44.334	(6.453)	37.881
Custo atribuído e revisão da vida útil		177.293	(759)	176.534	3.125	179.659
Subvenção governamental		1.291	43	1.334	(532)	802
Carteira de clientes		1.601	(269)	1.332	(270)	1.062
Amortização ágio fiscal		10.182	4.888	15.070	4.888	19.958
		<b>246.666</b>	<b>(2.637)</b>	<b>244.029</b>	<b>947</b>	<b>244.976</b>
Consolidado	passivo	Saldo inicial 01.01.18	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.18	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.19
Impostos diferidos passivos com relação a:		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Variação cambial reconhecida por caixa		5.614	(303)	5.311	(5.059)	252
Valor justo dos ativos biológicos		37.881	(1.366)	36.515	2.201	38.716
Custo atribuído e revisão da vida útil		179.659	2.679	182.338	(10.415)	171.923
Subvenção governamental		802	(95)	707	(443)	264
Carteira de clientes		1.062	(269)	793	(204)	589
Amortização ágio fiscal		19.958	4.888	24.846	4.888	29.734
		<b>244.976</b>	<b>5.534</b>	<b>250.510</b>	<b>(9.032)</b>	<b>241.478</b>

### 13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 01 de Janeiro de 2016	<b>130.582</b>	<b>140.828</b>	<b>563</b>	<b>258</b>	<b>272.231</b>
Resultado da equivalência patrimonial	18.473	19.246	(5)	(116)	37.598
Dividendos propostos	(4.400)	(3.897)	-	-	(8.297)
Aporte capital	31.721	-	94	90	31.905
Redução capital	-	(43.797)	-	-	(43.797)
Adiantamento futuro aumento capital	(31.721)	-	(94)	-	(31.815)
Outras movimentações	-	4.253	-	-	4.253
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	<b>144.655</b>	<b>116.633</b>	<b>558</b>	<b>232</b>	<b>262.078</b>
Resultado da equivalência patrimonial	(17.949)	11.786	(2)	(53)	(6.218)
Dividendos propostos	(13.198)	(16.777)	-	-	(29.975)
Aporte capital	-	7.896	-	70	7.966
Redução capital	-	(36.998)	-	-	(36.998)
Adiantamento futuro aumento capital	20.098	-	-	-	20.098
Outras movimentações	-	5.403	-	-	5.403
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	<b>133.606</b>	<b>87.943</b>	<b>556</b>	<b>249</b>	<b>222.354</b>
Resultado da equivalência patrimonial	(12.005)	4.977	(13)	-	(7.041)
Dividendos propostos	-	(14.466)	-	-	(14.466)
Aporte capital	2.200	5.030	-	-	7.230
Outras movimentações	-	2.072	-	-	2.072
Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	<b>123.801</b>	<b>85.556</b>	<b>543</b>	<b>249</b>	<b>210.149</b>
Resultado da equivalência patrimonial	(8.134)	6.610	(2)	(1)	(1.527)
Dividendos propostos	-	(16.494)	-	-	(16.494)
Aquisição de ações de controlada	1	-	-	-	1
Adiantamento futuro aumento capital	9.000	-	-	-	9.000
Cisão e incorporação	(68.536)	-	-	-	(68.536)
Em 31 de dezembro de 2019	<b>56.132</b>	<b>75.672</b>	<b>541</b>	<b>248</b>	<b>132.593</b>

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Circulante				
Ativo	4.306	28.326	7	12
Passivo	(1.874)	(310)	-	-
Ativo/Passivo Circulante Líquido	2.432	28.016	7	12
Não Circulante				
Ativo	58.195	48.158	534	237
Passivo	(4.495)	(498)	-	-
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	53.700	47.660	534	237
Patrimônio Líquido	<b>56.132</b>	<b>75.676</b>	<b>541</b>	<b>249</b>
Receita líquida	19.760	20.896	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.642)	7.240	(2)	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(492)	(629)	-	-
Resultado do período	<b>(8.134)</b>	<b>6.611</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,56

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia aprovou cisão parcial e incorporação pela controladora de ativos (terras e florestas) da controlada Habitasul Florestal S.A., no valor de R\$ 68.536. A cisão parcial e incorporação estão inseridas em um processo de reestruturação societária da Companhia e de suas controladas, conforme fato relevante do dia 13 de novembro de 2019.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A., no valor de R\$ 9.000.

## 14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

### Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	23.281	12.051	35.332
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>11.558</u>	<u>34.839</u>
Custo	23.281	12.702	35.983
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>11.558</u>	<u>34.839</u>
Em 31 de dezembro 2017			
Saldo inicial	23.281	11.558	34.839
Baixas/Alienações	(727)	-	(727)
Depreciação	-	(507)	(507)
Saldo contábil líquido	<u>22.554</u>	<u>11.051</u>	<u>33.605</u>
Custo	22.554	12.702	35.256
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
Saldo contábil líquido	<u>22.554</u>	<u>11.051</u>	<u>33.605</u>
Em 31 de dezembro 2018			
Saldo inicial	22.554	11.051	33.605
Baixas/Alienações	(6.259)	(7.294)	(13.553)
Depreciação	-	(521)	(521)
Saldo contábil líquido	<u>16.295</u>	<u>3.236</u>	<u>19.531</u>
Custo	16.295	5.408	21.703
Depreciação acumulada	-	(2.172)	(2.172)
Saldo contábil líquido	<u>16.295</u>	<u>3.236</u>	<u>19.531</u>
Em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	16.295	3.236	19.531
Adição	2.432	-	2.432
Baixas/Alienações	(54)	-	(54)
Transferências	31	(31)	-
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>18.704</u>	<u>3.030</u>	<u>21.734</u>
Custo	18.704	5.377	24.081
Depreciação acumulada	-	(2.347)	(2.347)
Saldo contábil líquido	<u>18.704</u>	<u>3.030</u>	<u>21.734</u>

**Consolidado**

	Terrenos	Edificações	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>			
Saldo inicial	7.086	12.051	19.137
Depreciação	-	(493)	(493)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>7.086</b>	<b>11.558</b>	<b>18.644</b>
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>7.086</b>	<b>11.558</b>	<b>18.644</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			
Saldo inicial	7.086	11.558	18.644
Baixas/Alienações	(667)	-	(667)
Depreciação	-	(507)	(507)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>6.419</b>	<b>11.051</b>	<b>17.470</b>
Custo	6.419	12.702	19.121
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>6.419</b>	<b>11.051</b>	<b>17.470</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Saldo inicial	6.419	11.051	17.470
Baixas/Alienações	(6.259)	(7.292)	(13.551)
Depreciação	-	(521)	(521)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>160</b>	<b>3.238</b>	<b>3.398</b>
Custo	160	5.410	5.570
Depreciação acumulada	-	(2.172)	(2.172)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>160</b>	<b>3.238</b>	<b>3.398</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>			
Saldo inicial	160	3.238	3.398
Adição	2.432	-	2.432
Baixas/Alienações	(80)	-	(80)
Transferências	33	(33)	-
Depreciação	-	(175)	(175)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.545</b>	<b>3.030</b>	<b>5.575</b>
Custo	2.545	5.377	7.922
Depreciação acumulada	-	(2.347)	(2.347)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.545</b>	<b>3.030</b>	<b>5.575</b>

**Terrenos**

Refere-se, principalmente, a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.112. A implantação de parques eólicos está em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda. e que por este motivo estes terrenos não são considerados propriedade para investimento no consolidado da Companhia.

### Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC, no valor de R\$ 3.030 (líquido de depreciação). Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

As receitas e despesas geradas pelas propriedades para investimento que se encontram alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Receitas de aluguéis	587	798
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(615)	(818)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2019 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos para vender, no montante de R\$ 35.897 na controladora e de R\$ 18.022 no consolidado. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares. A hierarquia do valor justo das avaliações é de nível 2.

A Companhia possui parte de suas propriedades para investimentos cedidas em garantias de operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia celebrou com a empresa Panifício Partenon Ltda. a venda através de instrumento particular de promessa de cessão de direitos, de parte do imóvel (terrenos e edificações) de Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 7.300, sendo R\$ 5.300 pago/liquidado no ato e R\$ 2.000 em 180 dias. O resultado desta venda foi negativo em R\$ 1.986.

Em 24 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou com a empresa Koch Metalúrgica S.A. a venda através de instrumento particular de promessa de cessão parcial de direitos e obrigações contratuais da parte restante do imóvel (terrenos e edificações) de Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 4.500, a serem pagos em 30 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 150, cada uma ajustada em 1% ao mês, vencendo-se a primeira em 180 dias da assinatura do contrato. As parcelas vincendas serão reajustadas mensalmente pelo IGPM/FGV. Na mesma data a empresa Koch Metalúrgica S.A., transferiu a dívida através de instrumento particular de assunção de dívidas para a empresa Irapar Participações S.A. O resultado desta venda foi negativo em R\$ 53.

Nesse período a Companhia recebeu um terreno em troca de créditos a receber de cliente no valor de R\$ 2.432, sendo que o total de créditos a receber era de R\$ 2.709. A diferença foi reconhecida no resultado como desconto financeiro no valor de R\$ 277.

## 15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>									
Saldo inicial	183.027	156.265	393.972	2.907	6.281	29.399	6.217	11.459	789.527
Aquisições	-	-	6.353	1.177	693	43.145	609	-	51.977
Baixas/Alienações	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(162)	-	(1.326)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.733)	(53.177)	(847)	(2.031)	-	(2.222)	(625)	(61.635)
Saldo contábil líquido	<b>183.027</b>	<b>157.518</b>	<b>368.684</b>	<b>3.224</b>	<b>5.154</b>	<b>45.660</b>	<b>4.442</b>	<b>10.834</b>	<b>778.543</b>
Custo	183.027	210.545	802.756	6.647	15.393	45.660	26.747	16.061	1.306.836
Depreciação acumulada	-	(53.027)	(434.072)	(3.423)	(10.239)	-	(22.305)	(5.227)	(528.293)
Saldo contábil líquido	<b>183.027</b>	<b>157.518</b>	<b>368.684</b>	<b>3.224</b>	<b>5.154</b>	<b>45.660</b>	<b>4.442</b>	<b>10.834</b>	<b>778.543</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>									
Saldo inicial	183.027	157.518	368.684	3.224	5.154	45.660	4.442	10.834	778.543
Aquisições	-	33	7.959	37	440	24.695	1.946	-	35.110
Baixas/Alienações	(5.909)	(89)	(611)	(2)	(35)	(2)	(98)	-	(6.746)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-	-
Depreciação	-	(4.945)	(40.204)	(1.133)	(1.885)	-	(2.198)	(644)	(51.009)
Saldo contábil líquido	<b>177.118</b>	<b>155.948</b>	<b>356.975</b>	<b>3.763</b>	<b>6.247</b>	<b>41.565</b>	<b>4.092</b>	<b>10.190</b>	<b>755.898</b>
Custo	177.118	213.909	830.705	8.317	18.121	41.565	28.579	16.061	1.334.375
Depreciação acumulada	-	(57.961)	(473.730)	(4.554)	(11.874)	-	(24.487)	(5.871)	(578.477)
Saldo contábil líquido	<b>177.118</b>	<b>155.948</b>	<b>356.975</b>	<b>3.763</b>	<b>6.247</b>	<b>41.565</b>	<b>4.092</b>	<b>10.190</b>	<b>755.898</b>

Controladora	Imobilizações em imóveis de terceiros						Total
	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>							
Saldo inicial	1'771.118	155.948	358.712	5.482	6.883	41.565	10.190
Aquisições	21	79	14.360	1.659	345	20.005	-
Baixas/Alienações	(14)	(57)	(1.035)	(672)	(31)	(301)	(20)
Transferências	-	2.196	20.507	538	83	(23.382)	58
Depreciação	-	(5.353)	(39.422)	(1.782)	(1.869)	-	(642)
Crédito de PIS e COFINS	-	(94)	(1.375)	(18)	(47)	(891)	(2)
Saldo contábil líquido	<b>1'771.125</b>	<b>152.719</b>	<b>351.747</b>	<b>5.207</b>	<b>5.364</b>	<b>36.996</b>	<b>9.584</b>
Custo	1'771.125	216.033	884.153	14.171	22.948	36.996	16.097
Depreciação acumulada	-	(63.314)	(532.406)	(8.964)	(17.584)	-	(6.513)
Saldo contábil líquido	<b>1'771.125</b>	<b>152.719</b>	<b>351.747</b>	<b>5.207</b>	<b>5.364</b>	<b>36.996</b>	<b>9.584</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>							
Saldo inicial	1'771.125	152.719	351.747	5.207	5.364	36.996	9.584
Aquisições	-	218	11.339	1.198	1.353	34.601	-
Ativos incorporados por Cisão	35.980	-	-	-	-	-	-
Baixas Cisão e Incorporação	(35.980)	-	-	-	-	-	-
Baixas/Alienações	-	-	(639)	(225)	(6)	-	-
Transferências	-	162	5.837	-	427	(6.426)	-
Depreciação	-	(5.457)	(47.561)	(1.606)	(1.858)	-	(645)
Crédito de PIS e COFINS	-	68	654	10	33	255	2
<i>Impairment</i>	(15.440)	(20.907)	(15.964)	(219)	(525)	(48)	-
Mantidos para venda	(41.000)	-	(580)	-	-	-	(41.580)
Saldo contábil líquido	<b>120.685</b>	<b>126.803</b>	<b>304.833</b>	<b>4.365</b>	<b>4.788</b>	<b>65.378</b>	<b>8.941</b>
Custo	120.685	195.574	884.800	14.935	24.230	65.378	16.099
Depreciação acumulada	-	(68.771)	(579.967)	(10.570)	(19.442)	-	(7.158)
Saldo contábil líquido	<b>120.685</b>	<b>126.803</b>	<b>304.833</b>	<b>4.365</b>	<b>4.788</b>	<b>65.378</b>	<b>8.941</b>

Consolidado		Bens contratados em leasing financeiro					Imobilizações em imóveis de terceiros		Total
	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento			
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	251.329	157.942	394.036	3.337	6.685	29.399	6.223	11.459	860.410
Aquisições	-	-	6.370	1.177	700	43.145	609	-	52.001
Baixas/Alienações	-	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(163)	-	(1.327)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.929)	(53.192)	(949)	(0.038)	-	(2.227)	(625)	(61.960)
Saldo contábil líquido	<u>251.329</u>	<u>158.999</u>	<u>368.750</u>	<u>3.552</u>	<u>5.558</u>	<u>45.660</u>	<u>4.442</u>	<u>10.834</u>	<u>849.124</u>
Custo	251.329	215.067	802.850	7.205	16.028	45.660	26.787	16.061	1.380.987
Depreciação acumulada	-	(56.068)	(434.100)	(3.653)	(10.470)	-	(22.345)	(5.227)	(531.863)
Saldo contábil líquido	<u>251.329</u>	<u>158.999</u>	<u>368.750</u>	<u>3.552</u>	<u>5.558</u>	<u>45.660</u>	<u>4.442</u>	<u>10.834</u>	<u>849.124</u>
Em 31 de dezembro de 2017									
Saldo inicial	251.329	158.999	368.750	3.552	5.558	45.660	4.442	10.834	849.124
Aquisições	-	33	8.030	81	449	24.713	1.946	-	35.252
Baixas/Alienações	(5.912)	(89)	(610)	(2)	(112)	(2)	(98)	-	(6.825)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-	-
Depreciação	-	(5.126)	(40.223)	(1.232)	(1.910)	-	(2.198)	(644)	(51.333)
Saldo contábil líquido	<u>245.417</u>	<u>157.248</u>	<u>357.094</u>	<u>4.036</u>	<u>6.558</u>	<u>41.583</u>	<u>4.092</u>	<u>10.190</u>	<u>826.218</u>
Custo	245.417	218.432	830.873	8.919	18.656	41.583	28.619	16.061	1.408.560
Depreciação acumulada	-	(61.184)	(473.779)	(4.883)	(12.098)	-	(24.527)	(5.871)	(582.342)
Saldo contábil líquido	<u>245.417</u>	<u>157.248</u>	<u>357.094</u>	<u>4.036</u>	<u>6.558</u>	<u>41.583</u>	<u>4.092</u>	<u>10.190</u>	<u>826.218</u>

Consolidado		Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>									
Saldo inicial	245.417	157.248	358.831	5.755	7.194	41.583	10.190	826.218	
Aquisições	21	79	14.504	1.977	399	20.483	-	37.463	
Baixas/Alotações	(14)	(57)	(1.035)	(672)	(46)	(641)	(20)	(2.485)	
Transferências	-	2.196	20.507	550	71	(23.382)	58	-	
Depreciação	-	(5.443)	(39.454)	(1.889)	(1.988)	-	(642)	(49.416)	
Credito de PIS e COFINS	-	(94)	(1.375)	(18)	(47)	(891)	(2)	(2.427)	
Saldo contábil líquido	<b>245.424</b>	<b>153.929</b>	<b>351.978</b>	<b>5.703</b>	<b>5.583</b>	<b>37.152</b>	<b>9.584</b>	<b>809.353</b>	
Custo	245.424	220.556	884.463	15.104	23.576	37.152	16.097	1.442.372	
Depreciação acumulada	-	(66.627)	(532.485)	(9.401)	(17.993)	-	(6.513)	(633.019)	
Saldo contábil líquido	<b>245.424</b>	<b>153.929</b>	<b>351.978</b>	<b>5.703</b>	<b>5.583</b>	<b>37.152</b>	<b>9.584</b>	<b>809.353</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>									
Saldo inicial	245.424	153.929	351.978	5.703	5.583	37.152	9.584	809.353	
Aquisições	24	127	11.340	1.198	1.361	34.602	-	48.652	
Baixas/Alotações	(35.980)	(6)	(681)	(226)	(123)	-	-	(37.016)	
Transferências	-	162	5.837	156	427	(6.582)	-	-	
Depreciação	-	(5.617)	(47.614)	(1.766)	(1.901)	-	(645)	(57.543)	
Credito de PIS e COFINS	-	68	654	10	33	255	2	1.022	
<i>Impairment</i>	(15.440)	(20.907)	(15.964)	(219)	(525)	(48)	-	(53.103)	
Mantidos para venda	(41.000)	-	(580)	-	-	-	-	(41.580)	
Saldo contábil líquido	<b>153.028</b>	<b>127.756</b>	<b>304.970</b>	<b>4.856</b>	<b>4.855</b>	<b>65.379</b>	<b>8.941</b>	<b>669.785</b>	
Custo	153.028	200.000	885.069	16.023	24.749	65.379	16.099	1.360.347	
Depreciação acumulada	-	(72.244)	(580.099)	(11.167)	(19.894)	-	(7.158)	(690.562)	
Saldo contábil líquido	<b>153.028</b>	<b>127.756</b>	<b>304.970</b>	<b>4.856</b>	<b>4.855</b>	<b>65.379</b>	<b>8.941</b>	<b>669.785</b>	

(\*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

<b>Controladora</b>		<b>Carteira de Clientes</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
	<b>Goodwill</b>			
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.396	110.486
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>3.918</b>	<b>4.069</b>	<b>112.367</b>
Custo	104.380	7.081	11.861	123.322
Amortização acumulada	-	(3.163)	(7.792)	(10.955)
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>3.918</b>	<b>4.069</b>	<b>112.367</b>
Em 31 de dezembro de 2017				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.069	112.367
Aquisições	-	-	1.696	1.696
Amortização	-	(792)	(1.183)	(1.975)
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>3.126</b>	<b>4.582</b>	<b>112.088</b>
Custo	104.380	7.081	13.557	125.018
Amortização acumulada	-	(3.955)	(8.975)	(12.930)
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>3.126</b>	<b>4.582</b>	<b>112.088</b>
<b>Controladora</b>		<b>Carteira de Clientes</b>	<b>Software em desenvolvimento</b>	<b>Total</b>
	<b>Goodwill</b>			
Em 31 de dezembro de 2018				
Saldo inicial	104.380	3.126	4.582	-
Aquisições	-	-	317	20.227
Baixas/Alienações	-	-	(112)	-
Amortização	-	(792)	(1.517)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(20)	-
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>2.334</b>	<b>3.250</b>	<b>20.227</b>
Custo	104.380	7.081	12.506	20.227
Amortização acumulada	-	(4.747)	(9.256)	-
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>2.334</b>	<b>3.250</b>	<b>20.227</b>
Em 31 de dezembro de 2019				
Saldo inicial	104.380	2.334	3.250	20.227
Aquisições	-	-	17	16.994
Baixas/Alienações	-	-	-	(404)
Transferências	-	-	19.823	(19.823)
Amortização	-	(600)	(3.224)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	12	-
<i>Impairment</i>	-	(1.734)	(19)	-
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>-</b>	<b>19.859</b>	<b>16.994</b>
Custo	104.380	5.347	32.339	16.994
Amortização acumulada	-	(5.347)	(12.480)	-
Saldo contábil líquido	<b>104.380</b>	<b>-</b>	<b>19.859</b>	<b>16.994</b>

**Consolidado**

	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Saldo inicial	104.380	4.710	1.931	111.021
Aquisições	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
Custo	104.380	7.081	10.821	122.282
Amortização acumulada	-	(3.163)	(6.217)	(9.380)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.918</u>	<u>4.604</u>	<u>112.902</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Saldo inicial	104.380	3.918	4.604	112.902
Aquisições	-	-	1.696	1.696
Amortização	-	(792)	(1.183)	(1.975)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>5.117</u>	<u>112.623</u>
Custo	104.380	7.081	12.517	123.978
Amortização acumulada	-	(3.955)	(7.400)	(11.355)
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>3.126</u>	<u>5.117</u>	<u>112.623</u>
<b>Consolidado</b>				
	Goodwill	Carteira de Clientes	Software em desenvolvimento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Saldo inicial	104.380	3.126	5.117	-
Aquisições	-	-	317	20.227
Baixas/Alienações	-	-	(112)	-
Amortização	-	(792)	(1.517)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(20)	-
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>2.334</u>	<u>3.785</u>	<u>20.227</u>
Custo	104.380	7.081	13.045	20.227
Amortização acumulada	-	(4.747)	(9.260)	-
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>2.334</u>	<u>3.785</u>	<u>20.227</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Saldo inicial	104.380	2.334	3.785	20.227
Aquisições	-	-	238	16.994
Baixas/Alienações	-	-	-	(404)
Transferências	-	-	19.823	(19.823)
Amortização	-	(600)	(3.224)	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	12	-
<i>Impairment</i>	-	(1.734)	(19)	-
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>-</u>	<u>20.615</u>	<u>16.994</u>
Custo	104.380	5.347	33.099	16.994
Amortização acumulada	-	(5.347)	(12.484)	-
Saldo contábil líquido	<u>104.380</u>	<u>-</u>	<u>20.615</u>	<u>16.994</u>

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Prédios e construções *	2,50	2,50	2,50	2,19
Equipamentos e instalações **	6,78	6,78	6,78	5,86
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11	11,11	11,11

\* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

\*\* incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Irani Papel e Embalagem S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2019, 2018, 2017 e 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
	Reapresentado							
Administrativos	1.189	1.946	1.380	1.129	1.375	2.294	1.881	1.455
Produtivos	52.145	42.313	45.090	54.634	52.376	42.313	44.913	54.633
	53.334	44.259	46.470	55.763	53.751	44.607	46.794	56.088

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2019, 2018, 2017 e 2016 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
	Reapresentado							
Administrativos	580	1.171	874	419	580	1.171	874	419
Produtivos	2.530	325	296	215	2.530	325	296	215
	3.110	1.496	1.170	634	3.110	1.496	1.170	634

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Imediatamente antes da classificação inicial do grupo de ativos como mantido para venda, os valores contábeis dos ativos foram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A Companhia reconheceu a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) relativamente a redução inicial do grupo de ativo mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda.

Foram identificados e reconhecidos valores de *impairment* de ativos mantidos para venda no valor de R\$ 53.122 e de carteira de clientes no valor de R\$ 1.734 referente a operação descontinuada descrita na nota explicativa nº 37.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras, os quais se apresentam detalhados nas notas explicativas nº 17 e 18.

g) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios foi reconhecida no momento inicial, pelo valor justo de R\$ 7.081 e sofreu no exercício de 2019 uma amortização de R\$ 600 (R\$ 792 no exercício de 2018), apresentava desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 1.734. A Carteira de clientes foi baixada por *impairment* de operação descontinuada conforme nota explicativa nº 37.

h) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

Premissas

Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	25,6%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (Wacc)	11,31%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período.

A Companhia definiu como UGC toda sua operação porque as suas principais atividades de papel para embalagens e embalagem P.O. são integradas entre si, sem forma definida de segregação.

O *goodwill* é alocado ao segmento de negócio, que representa o menor nível no qual o *goodwill* é monitorado pela Administração. O valor total do *goodwill* é alocado a UGC representada pelo segmento de “Papel para Embalagens”, que inclui ativos que não geram fluxos de caixa de forma independente.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 5,0% na taxa de desconto e de 4,0% na taxa de crescimento, em conjunto, o valor recuperável se mantém superior ao valor em uso.

## 16. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
	Reapresentado							
Custo de formação dos ativos biológicos	40.440	29.782	33.895	41.306	70.719	89.122	69.979	78.492
Diferencial do valor justo ativos biológicos	25.858	14.248	21.528	53.409	83.799	97.478	167.048	207.220
	66.298	44.030	55.423	94.715	154.518	186.600	237.027	285.712

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 114.457 (R\$ 105.312 em 31 de dezembro de 2018) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 82.319 (R\$ 77.493 em 31 de dezembro de 2018) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 40.061 (R\$ 81.288 em 31 de dezembro de 2018), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi Income Approach com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperados do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model – CAPM*). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo

- para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
  - (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
  - (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
  - (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado				
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	14.550	18.274	21.077	24.099	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	7,50%	8,50%	8,50%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	8,00%	9,00%	9,50%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	8,50%	9,00%	9,00%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	51,00	51,00	49,00	48,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	37,8	37,9	39,2	39,7	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio Grande do Sul (*)	21,7	21,2	21,8	21,9	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

\* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina diferem em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m<sup>3</sup> por hectare/ano.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.16	<u>92.870</u>	<u>261.559</u>
Plantio	5.115	7.370
Exaustão		
Custo histórico	(2.115)	(3.480)
Valor justo	(2.776)	(10.822)
Variação do valor justo	1.621	31.085
Saldo em 31.12.16 (Reapresentado)	<u>94.715</u>	<u>285.712</u>
Plantio	4.935	7.997
Exaustão		
Custo histórico	(1.705)	(6.530)
Valor justo	(1.967)	(10.693)
Custo venda de floresta	(31.326)	(31.326)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(7.896)	-
Variação do valor justo	(1.333)	(8.133)
Saldo em 31.12.17 (Reapresentado)	<u>55.423</u>	<u>237.027</u>
Plantio	5.875	10.373
Aquisição de floresta	3.387	3.387
Exaustão		
Custo histórico	(199)	(4.976)
Valor justo	(235)	(15.314)
Custo venda de floresta	(22.925)	(45.141)
Ajustes Global	-	-
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(5.030)	-
Variação do valor justo	7.734	1.244
Saldo em 31.12.18 (Reapresentado)	<u>44.030</u>	<u>186.600</u>
Plantio	4.170	9.142
Aquisição de floresta	7.595	7.595
Cisão e incorporação de ativos florestais da controlada Habitásul Florestal	41.208	-
Exaustão		
Custo histórico	(675)	(2.796)
Valor justo	(515)	(12.252)
Custo venda de floresta	(41.741)	(41.741)
Variação do valor justo	12.226	7.970
Saldo em 31.12.19	<u>66.298</u>	<u>154.518</u>

A exaustão dos ativos biológicos no exercício de 2019 e no exercício de 2018 foi substancialmente reconhecida no resultado do período, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou com a Timber XI SPE S.A. (Compradora), um Contrato de Compra e Venda de Ativos, por meio do qual a Companhia vendeu à Compradora aproximadamente 1.855 hectares de florestas em pé pelo valor de R\$ 19.100. Em decorrência da venda das florestas, a Compradora e a Companhia celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas ao longo do prazo de 8 anos.

Adicionalmente, como parte desta operação a Companhia vendeu à Compradora o imóvel denominado Fazenda São Pedro com aproximadamente 1.520 hectares de área total, pelo valor de R\$ 12.166. Em decorrência da venda da Fazenda São Pedro, a Compradora e a Companhia também celebraram um Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural, por meio do qual a Companhia possui o direito de exploração das florestas de sua propriedade plantadas sobre o imóvel, ao longo do prazo de 8 anos. Encerrado o período de arrendamento a Companhia possui a opção de recompra do referido imóvel pelo valor de venda corrigido pela inflação (IPCA).

No primeiro semestre de 2018, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 5.030, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

Em 25 de setembro de 2019 a Companhia celebrou, em conjunto com sua subsidiária integral Habitasul Florestal S.A. (“Habitasul Florestal”), o Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais (“Contrato”) com a Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A., pelo qual a Companhia e a Habitasul Florestal se comprometeram a alienar, mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes, determinados imóveis rurais localizados no Estado do Rio Grande do Sul com aproximadamente 10.300ha (dez mil e trezentos hectares) pelo valor total de R\$ 53.000. Também celebrou o Contrato de Compra e Venda de Madeira em Pé Existente (“Contrato”), com a CMPC Celulose Riograndense Ltda., pelo qual a Companhia e a Habitasul Florestal se comprometeram a alienar, mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes, 767.673m<sup>3</sup> (setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e três metros cúbicos) de madeira em pé no Estado do Rio Grande do Sul pelo valor total de R\$ 39.000. O Banco BTG Pactual S.A. atuou como assessor financeiro da Companhia e da Habitasul Florestal no âmbito da transação). Todas as condições precedentes foram atendidas no período até 31 de dezembro de 2019, e seguindo orientações do CPC 47/IFRS 15, a Companhia reconheceu em sua demonstração do resultado, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas, as receitas e despesas destas operações, conforme apresentado na nota explicativa nº 27.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de até 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros é de aproximadamente 1,3 mil hectares e representa atualmente aproximadamente 8,8% da área total com ativos biológicos da Companhia. Os passivos de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 34.

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Encargos anuais %	Moeda	Controladora				Consolidado			
			31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Moeda nacional										
Frame	Fixo a 3,69%, TJLP + 5,24%, Selic + 5,59%	Real	1.326	2.492	4.687	7.580	1.326	2.492	4.687	7.580
Capital de giro	Fixo a 11,22%, CDI + 5,63% e 149,3% do CDI	Real	99.286	99.798	86.768	224.752	99.312	99.834	88.375	226.538
Capital de giro - CDCA	IPCA + 10,22%	Real	-	-	-	22.629	-	-	-	22.629
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	Real	-	43.764	13.059	184.623	-	43.764	13.059	184.623
Leasing financeiro	Fixo a 13,62% e CDI + 5,36%	Real	1.381	1.360	928	263	1.381	1.360	928	263
BNDES	TJLP + 3,60%	Real	10.888	10.616	8.413	7.509	10.888	10.616	8.413	7.509
Notas Promissórias	CDI + 6,00%	Real	110.884	-	-	-	110.884	-	-	-
Total moeda nacional			223.765	158.030	113.855	447.356	223.791	158.066	115.462	449.142
Moeda estrangeira										
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 4,50% e 6,10%	Dólar	22.353	21.530	26.800	28.807	22.353	21.530	26.800	28.807
Banco Credit Suisse - PPE	Líbor + 8,00%	Dólar	-	-	467	128.360	-	-	467	128.360
Banco Itaú BBA - CCE	Fixo a 5,80%	Dólar	-	-	-	8.087	-	-	-	8.087
Bank of America - PPE	Líbor + 8,00%	Dólar	-	53.469	-	-	-	53.469	-	-
Banco Santander PPE	Líbor + 6,95%	Dólar	-	2.222	591	7.263	-	2.222	591	7.263
Banco Rabobank e Santander PPE	Líbor + 6,95%	Dólar	-	50.183	14.195	194.435	-	50.183	14.195	194.435
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	Euro	782	1.533	1.358	4.060	782	1.533	1.358	4.060
Banco De Lage Landen	8,2%	Dólar	390	375	321	316	390	375	321	316
Total moeda estrangeira			23.525	129.312	43.732	371.328	23.525	129.312	43.732	371.328
Total do circulante			247.290	287.342	157.587	818.684	247.316	287.378	159.194	820.470
<b>Não Circulante</b>										
Moeda nacional										
Frame	Fixo a 3,69%, TJLP + 5,24%, Selic + 5,59%	Real	1.275	2.575	6.339	8.495	1.275	2.575	6.339	8.495
Capital de giro	Fixo a 11,22%, CDI + 5,63% e 149,3% do CDI	Real	64.131	140.418	134.581	38.462	64.159	140.474	148.048	55.241
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	Real	-	121.949	162.310	-	-	121.948	162.310	-
Leasing financeiro	Fixo a 13,62% e CDI + 5,36%	Real	1.132	1.094	1.482	471	1.132	1.094	1.482	471
BNDES	TJLP + 3,60%	Real	11.706	22.554	33.237	41.088	11.706	22.554	33.237	41.088
Total moeda nacional			78.244	288.590	337.949	88.516	78.272	288.645	351.416	105.295
Moeda estrangeira										
Banco Credit Suisse - PPE	Líbor + 8,00%	Dólar	-	-	122.668	-	-	-	122.668	-
Bank of America - PPE	Líbor + 8,00%	Dólar	-	91.747	-	-	-	91.747	-	-
Banco Santander PPE	Líbor + 6,95%	Dólar	-	5.902	6.734	-	-	5.902	6.734	-
Banco Rabobank e Santander PPE	Líbor + 6,95%	Dólar	-	149.967	170.450	-	-	149.967	170.450	-
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	Euro	-	765	2.053	-	-	765	2.053	-
Banco De Lage Landen	8,2%	Dólar	195	562	800	1.103	195	562	800	1.103
Total moeda estrangeira			195	248.943	302.705	1.103	195	248.943	302.705	1.103
Total do não circulante			78.439	537.533	640.654	89.619	78.467	537.588	654.121	106.398
Total			325.729	824.875	798.241	908.303	325.783	824.966	813.315	926.868
Vencimentos no longo prazo:			Controladora				Consolidado			
			31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
2018			-	-	-	20.231	-	-	-	21.845
2019				210.091	18.480					211.527
2020			-	250.322	170.736	17.394	-	250.363	172.172	19.008
2021			41.988	182.908	146.887	14.904	42.016	182.922	148.323	16.518
2022			36.328	104.179	99.301	18.495	36.328	104.179	100.737	28.818
2023			116	117	2.456	108	116	117	3.892	108
2024 em diante			7	7	11.183	7	7	7	17.470	7
			78.439	537.533	640.654	89.619	78.467	537.588	654.121	106.398

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado		
	2020	2021	Total
Em moeda nacional			
Capital de giro	769	89	858
Notas Promissórias	792	-	792
Total moeda nacional	1.561	89	1.650

c) Operações significativas contratadas no exercício

Em agosto de 2019 a Companhia realizou o pré-pagamento de 6 operações que possuía com os bancos Rabobank, Itaú BBA e Santander utilizando recursos provenientes da 3ª Emissão de Debêntures.

Em setembro de 2019 a Companhia realizou alongamento de operações junto ao Banco Safra, no montante de R\$ 46.613, passando dos anteriores 11 meses para 29 meses de prazo médio.

Em 22 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Em 07 de novembro de 2019 a Companhia emitiu 120 (cento e vinte) notas promissórias comerciais, em 6 (seis) séries no valor global de R\$ 120.000, sendo 10 (dez) Notas Promissórias da 1ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 2ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 3ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 4ª série, 10 (dez) Notas Promissórias da 5ª Série e 70 (setenta) Notas Promissórias da 6ª Série, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com prazo de 180 dias a partir da Data de Emissão e remuneração de CDI + 6,0% a.a.

A Emissora obriga-se a realizar o resgate antecipado das Notas Promissórias da 1ª série, da 2ª série, da 3ª série, da 4ª série e da 5ª série, nesta ordem de prioridade, quando do depósito, na Conta Vinculada (conforme definido nas garantias abaixo), de montantes decorrentes dos Direitos Creditórios da Venda de Ativos Florestais e dos Direitos Creditórios da Venda dos Imóveis Rurais, em valor suficiente para a realização do resgate da totalidade das Notas Promissórias da 1ª série, da 2ª série, da 3ª série, da 4ª série e da 5ª série. Conforme nota explicativa nº 16.

Os recursos obtidos com a Emissão foram utilizados para liquidação de PPE - Pré-Pagamento de Exportação junto ao Bank of America NA em 08 de novembro de 2019.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval da empresa controladora Irani Participações S.A. e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos

(florestas) e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 70.989. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para o financiamento contratado junto ao BNDES foram oferecidos como garantias um imóvel industrial abrangendo terreno, construções e equipamentos, dois imóveis comerciais e um residencial.
- ii) Para empréstimo de capital de giro – Operação CCE contratada junto ao BTG Pactual foram oferecidos como garantias reais e fiduciárias de bens do ativo immobilizado e cessão fiduciária de recebíveis.
- iii) A 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais conta com garantias conforme segue:
  - direitos creditórios detidos pela Emissora decorrentes de eventuais créditos que vierem a ser de titularidade da Emissora no âmbito do Processo nº 2006.34.00.035946-0 (0034936-61.2006.4.01.3400) ajuizado pela Companhia em face da União Federal, pela qual fica garantido o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS;
  - dos direitos creditórios de titularidade da Companhia, no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Madeira em Pé Existente, celebrado em 25 de setembro de 2019, entre a Companhia e a CMPC Celulose Riograndense Ltda com valor de R\$ 39.000 na Data de Emissão e integralmente recebidos.
  - dos direitos creditórios de titularidade da Companhia no âmbito do Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, celebrado em 25 de setembro de 2019, entre a Companhia e a Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A. com valor de R\$ 53.000 na Data de Emissão e saldo de R\$ 24.975 em 31 de dezembro de 2019.
  - direitos relativos à conta vinculada na qual transitarão os recursos provenientes dos Direitos Creditórios acima citados bem como de rendimentos decorrentes de Investimentos Permitidos se assim realizados com os recursos recebidos ou depositados na Conta Vinculada. com saldo de R\$ 29.165 em 31 de dezembro de 2019.
  - alienação fiduciária de ativos florestais (4,0 mil hectares de plantações comerciais de madeira, incluindo plantações de Pinus e Eucalyptus) de propriedade da Habitasul Florestal, localizadas nas cidades de Mostardas, São José do Norte e Tavares, no Estado do Rio Grande do Sul e produtos e/ou quaisquer subprodutos decorrentes do corte ou desbastamento dos referidos ativos florestais.
  - alienação fiduciária de propriedades rurais (5,9 mil hectares de terras) de propriedade da Habitasul Florestal, localizadas nas cidades de Mostardas, São José do Norte e Tavares, no Estado do Rio Grande do Sul.

e) Cláusulas Financeiras Restritivas

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados

sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

Índices financeiros com verificação anual:

- a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor que:

	Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020
i) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE	4	3,4	3,5
ii) Notas Promissórias	4	3,4	-

- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior que:

	Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020
i) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE	2	2,52	2
ii) Notas Promissórias	1,25	2,52	-

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

f) Não cumprimento das cláusulas financeiras restritivas

A Companhia, não cumpriu determinadas cláusulas financeiras restritivas calculadas sobre as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios apresentados, conforme abaixo:

Em 2018, a Companhia não cumpriu cláusula financeira de um contrato vigente à época pelo qual obteve *waiver* junto ao credor.

Em 2017, a Companhia não cumpriu cláusula financeira de alguns contratos vigentes à época pelos quais obteve *waiver* junto ao credor.

Em 2016, em consequência dos ajustes da reapresentação a Companhia não cumpriu as cláusulas financeiras de alguns contratos vigentes à época os quais foram reclassificados para o curto prazo.

## 18. DEBÊNTURES

Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 3<sup>a</sup> emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, que será composta por 580.000 (quinhentos e oitenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 580.000, observada a possibilidade de distribuição parcial de debêntures, desde que haja colocação de, pelo menos, o montante de 500.000 (quinhetas mil) debêntures, totalizando o montante mínimo de R\$ 500.000 (“Quantidade Mínima da Emissão” e “Distribuição Parcial”), com prazo de 6 (seis) anos, contados da data de emissão (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente).

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de julho de 2019, foi realizada a distribuição parcial das debêntures e, sendo assim, a Emissão foi composta por 505.000 (quinhetas e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 505.000, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas da Companhia, recomposição de seu caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado			
			31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
<b>Em moeda nacional</b>						
Debêntures Simples	30.11.12	CDI + 2,75% a.a	-	-	-	12.077
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30% a.a.	-	-	-	28.389
Debêntures Simples	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	18.192	-	-	-
Total do circulante			<u>18.192</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.466</u>
<b>Não Circulante</b>						
Em moeda nacional						
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 4,30% a.a.	-	-	-	-
Debêntures Simples	19.07.19	CDI + 4,50% a.a.	494.335	-	-	-
Total do não circulante			<u>494.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>512.527</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.466</u>

Vencimentos a longo prazo:	Controladora e Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
2018	-	-	-	-
2023	164.778	-	-	-
2024 em diante	329.557	-	-	-
	<u>494.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

a) Cronograma de amortização dos custos de captação

	<u>Emissão</u>	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Em moeda nacional							
Debêntures Simples	19.07.19	2.631	2.628	2.933	2.710	2.393	13.295
Total moeda nacional		<u>2.631</u>	<u>2.628</u>	<u>2.933</u>	<u>2.710</u>	<u>2.393</u>	<u>13.295</u>

b) Garantias

- i) As Debêntures contam com garantias, conforme segue:
- Alienação fiduciária de ativos florestais (6.770,21 hectares de plantações comerciais de madeira, incluindo plantações de Pinus e Eucaliptos).
  - Alienação fiduciária da Planta de Celulose e Papel localizada na Vila Campina da Alegria, Vargem Bonita.
  - Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos de propriedade da Emissora, localizados na referida planta.
  - Alienação fiduciária de propriedades rurais (terrás), localizadas nas cidades de Ponte Serrada, Catanduvas, Água Doce, Irani e Vargem Bonita.
  - Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de vendas no valor de R\$ 50.000.

c) Cláusulas Financeiras Restritivas

Índices financeiros com apuração anual

- i) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA, menor que:

Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020	Contratado 2021	Contratado 2022	Contratado 2023	Contratado 2024
4,00	3,40	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50

- ii) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida, maior que:

Contratado 2019	Apurado 2019	Contratado 2020	Contratado 2021	Contratado 2022	Contratado 2023	Contratado 2024
1,25	2,52	1,75	2,00	2,00	2,00	2,00

d) Não cumprimento de cláusulas financeiras restritivas

Em consequência dos ajustes da reapresentação reconhecidos em 2016, a Companhia não cumpriu as cláusulas financeiras vigentes à época, sendo os saldos das debêntures emitidas em 30.11.12 e 20.05.13, reclassificadas para o curto prazo.

## 19. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Interno	88.198	93.636	82.166	79.333	88.679	94.533	82.556	79.514
Externo	1.141	552	395	335	1.141	552	395	335
Partes relacionadas	28.221	24.795	13.626	32.181	-	-	-	-
	<b>117.560</b>	<b>118.983</b>	<b>96.187</b>	<b>111.849</b>	<b>89.820</b>	<b>95.085</b>	<b>82.951</b>	<b>79.849</b>

## 20. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Créditos a receber				Contas a pagar			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Habitasul Florestal S.A.	-	-	-	4.400	806	1.056	1.890	964
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	-	-	27.415	23.739	11.736	31.217
Remuneração dos administradores	-	-	-	-	2.740	1.907	799	828
Participação dos administradores	-	-	-	-	-	692	692	692
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	17	17	18	17	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	13	-	-	-	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	-	157	19.686	18.960	-	-	-	-
Irani Participações S/A	4.023	4.500	751	-	181	764	-	-
Total	<b>4.023</b>	<b>4.657</b>	<b>20.467</b>	<b>23.377</b>	<b>31.160</b>	<b>28.175</b>	<b>15.117</b>	<b>33.701</b>
Parcela circulante	2.099	1.957	2.724	4.417	31.160	28.175	15.117	33.701
Parcela não circulante	1.924	2.700	17.743	18.960	-	-	-	-

Controladora	Receitas				Despesas			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Habitasul Florestal S.A.	-	-	-	-	11.781	8.638	8.969	9.118
Gratificações à Administradores	-	-	-	-	-	-	5.000	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	-	-	17.892	23.986	11.839	14.103
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	-	-	-	288	289	280
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	-	-	1.266	1.296	1.297	1.236
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	324	1.297	-
Irani Participações S/A	-	-	-	-	6.334	9.271	5.269	480
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	-	-	204	176	177	213
Koch Metalúrgica S.A.	-	310	726	1.824	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	-	-	13.294	11.037	8.218	7.016
Total	<b>-</b>	<b>310</b>	<b>726</b>	<b>1.824</b>	<b>50.771</b>	<b>55.016</b>	<b>42.355</b>	<b>32.446</b>

Consolidado	Créditos a receber				Contas a pagar			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	17	17	18	17	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	-	-	2.740	1.907	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	-	157	19.686	18.960	-	-	-	-
Irani Participações S/A	4.023	4.500	-	-	181	764	799	828
Participação dos administradores	-	-	-	-	-	692	692	692
Total	<b>4.023</b>	<b>4.657</b>	<b>19.703</b>	<b>18.977</b>	<b>2.939</b>	<b>3.380</b>	<b>1.491</b>	<b>1.520</b>
Parcela circulante	2.099	1.957	1.960	17	2.939	3.380	1.491	1.520
Parcela não circulante	1.924	2.700	17.743	18.960	-	-	-	-

Consolidado	Receitas				Despesas			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Irani Participações S/A	-	-	-	-	6.334	9.271	5.269	480
Gratificações à Administradores	-	-	-	-	-	-	5.000	-
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	-	-	-	216	289	280
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	-	-	1.266	1.296	1.297	1.236
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	-	-	-	324	1.297	-
Remuneração dos administradores	-	-	-	-	13.346	11.089	8.271	7.072
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	-	-	204	176	177	213
Koch Metalúrgica S.A.	-	310	726	1.824	-	-	-	-
Total	<b>-</b>	<b>310</b>	<b>726</b>	<b>1.824</b>	<b>21.150</b>	<b>22.372</b>	<b>21.600</b>	<b>9.281</b>

Os débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda., corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 116, reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas, esse contrato está reconhecido como arrendamento conforme nota explicativa nº 34.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais e incluindo benefícios, totalizaram na controladora R\$ 13.294 no exercício de 2019 (R\$ 11.037 no exercício de 2018) e no consolidado R\$ 13.346 no exercício de 2019 (R\$ 11.089 no exercício de 2018).

A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2019 no valor máximo de R\$ 13.000. O valor pago excedente à remuneração aprovada para o exercício será ratificado em Assembleia Geral a ser convocada oportunamente.

O débito junto a Irani Participações S.A. corresponde à contrato de remuneração de garantia, pelo qual a Companhia remunera fianças e avais outorgados pela Irani Participações S.A., em seu favor, para viabilizar a contratação de empréstimos e financiamentos e o contrato de prestação de serviços de apoio as atividades societárias da Companhia, elaboração e registro de Reunião da Diretoria e do Conselho de Administração e de Assembleia

## 21. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
<b>Circulante</b>								
Parcelamento PIS	1.223	1.158	-	-	1.223	1.158	-	-
Parcelamento COFINS	5.633	5.335	-	-	5.633	5.335	-	-
Parcelamento ICMS	-	-	331	2.008	-	-	331	2.011
Parcelamento IPI	21	-	-	-	21	-	-	-
	<b>6.877</b>	<b>6.493</b>	<b>331</b>	<b>2.008</b>	<b>6.877</b>	<b>6.493</b>	<b>331</b>	<b>2.011</b>
<b>Não Circulante</b>								
Parcelamento PIS	3.057	4.054	-	-	3.057	4.054	-	-
Parcelamento COFINS	14.083	18.671	-	-	14.083	18.671	-	-
Parcelamento IPI	19	-	-	-	19	-	-	-
Parcelamento ICMS	-	-	-	204	-	-	-	204
	<b>17.159</b>	<b>22.725</b>	<b>-</b>	<b>204</b>	<b>17.159</b>	<b>22.725</b>	<b>-</b>	<b>204</b>
Total dos parcelamentos	<b>24.036</b>	<b>29.218</b>	<b>331</b>	<b>2.212</b>	<b>24.036</b>	<b>29.218</b>	<b>331</b>	<b>2.215</b>

Trata-se principalmente de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantinha provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente à modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento.

O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses.

## 22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Provisões cíveis	1.873	1.635	1.716	1.400	2.253	1.635	1.716	1.400
Provisões trabalhistas	5.202	6.550	6.428	3.677	5.725	6.874	6.832	3.677
Provisões tributárias	16.702	14.797	47.549	1.027	16.702	14.797	47.549	1.027
Total	23.777	22.982	55.693	6.104	24.680	23.306	56.097	6.104

Detalhamento das movimentações das provisões:

Controladora	01.01.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.16
Cível	1.260	140	-	-	-	1.400
Trabalhista	3.340	2.542	(462)	(1.743)	-	3.677
Tributária	12.885	611	1	(12.470)	-	1.027
	17.485	3.293	(461)	(14.213)	-	6.104
Controladora	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.17
Cível	1.400	382	-	(66)	-	1.716
Trabalhista	3.677	4.044	(488)	(805)	-	6.428
Tributária	1.027	46.522	-	-	-	47.549
	6.104	50.948	(488)	(871)	-	55.693
Controladora	31.12.17	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.18
Cível	1.716	95	(28)	(148)	-	1.635
Trabalhista	6.428	2.191	(981)	(66)	(1.022)	6.550
Tributária	47.549	11.583	(17.025)	(27.310)	-	14.797
	55.693	13.869	(18.034)	(27.524)	(1.022)	22.982

	31.12.18	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.19
Controladora						
Cível	1.635	425	-	(187)	-	1.873
Trabalhista	6.550	2.796	(2.802)	-	(1.342)	5.202
Tributária	14.797	1.905	-	-	-	16.702
	<u>22.982</u>	<u>5.126</u>	<u>(2.802)</u>	<u>(187)</u>	<u>(1.342)</u>	<u>23.777</u>
Consolidado						
	01.01.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.16
Cível	1.260	140	-	-	-	1.400
Trabalhista	3.438	2.542	(476)	(1.827)	-	3.677
Tributária	12.885	611	1	(12.470)	-	1.027
	<u>17.583</u>	<u>3.293</u>	<u>(475)</u>	<u>(14.297)</u>	<u>-</u>	<u>6.104</u>
Consolidado						
	31.12.16	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.17
Cível	1.400	382	-	(66)	-	1.716
Trabalhista	3.677	4.448	(488)	(805)	-	6.832
Tributária	1.027	46.522	-	-	-	47.549
	<u>6.104</u>	<u>51.352</u>	<u>(488)</u>	<u>(871)</u>	<u>-</u>	<u>56.097</u>
Consolidado						
	31.12.17	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.18
Cível	1.716	95	(28)	(148)	-	1.635
Trabalhista	6.832	2.369	(1.026)	(279)	(1.022)	6.874
Tributária	47.549	11.583	(17.095)	(27.240)	-	14.797
	<u>56.097</u>	<u>14.047</u>	<u>(18.149)</u>	<u>(27.667)</u>	<u>(1.022)</u>	<u>23.306</u>
Consolidado						
	31.12.18	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.19
Cível	1.635	4.425	(3.620)	(187)	-	2.253
Trabalhista	6.874	3.031	(2.802)	(9)	(1.369)	5.725
Tributária	14.797	1.905	-	-	-	16.702
	<u>23.306</u>	<u>9.361</u>	<u>(6.422)</u>	<u>(196)</u>	<u>(1.369)</u>	<u>24.680</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de perdas e danos e rescisões contratuais de representação comercial. Em 31 de dezembro de 2019, havia no consolidado o valor de R\$ 2.253 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.

- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado no consolidado o valor de R\$ 5.725 em 31 de dezembro de 2019 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam no consolidado o valor de R\$ 16.702, e se referem principalmente à:
  - i) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, os quais não foram iniciados pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 7.868, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 10.634.
  - ii) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 843. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

A Companhia mantinha provisão para contingências em relação a compensação de PIS e COFINS com origem na exclusão de ICMS na base das referidas contribuições, e em função da demora e da indecisão referente a modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), no exercício de 2018 optou pelo seu parcelamento. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

#### Contingências

Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Contingências trabalhistas	11.265	10.422	15.289	11.924
Contingências cíveis	4.511	8.539	7.897	6.944
Contingências tributárias	113.221	99.884	70.389	84.802
	<b>128.997</b>	<b>118.845</b>	<b>93.575</b>	<b>103.670</b>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 11.265 em 31 de dezembro de 2019 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Tais processos encontram-se em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 4.511 em 31 de dezembro de 2019 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias passivas:

As ações tributárias avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 113.221 em 31 de dezembro de 2019 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 44.484. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos Administrativos referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 39.846. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos recursos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia e Processo referente a auto de infração de INSS oriundo de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, que totalizam em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 16.110. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31

de dezembro de 2019 de R\$ 6.094. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.

- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 3.321. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

Contingências tributárias ativas:

A Companhia possui a ação judicial que objetiva o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. O referido processo refere-se a empresa incorporada Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A, que tramita sob o nº5035712-95.2016.4.04.7100 (TRF4).

Em relação ao processo 5035712-95.2016.4.04.7100 (Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A.), a Companhia aguarda o respectivo trânsito em julgado e com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis, as decisões judiciais proferidas até o momento (ambas no sentido de determinar a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais), estima o valor potencial dos créditos atualizados em aproximadamente R\$ 17.000, correspondente as competências que antecedem 5 anos da data de ingresso da ação até a competência de dezembro de 2014 (data de sua incorporação). O valor deste processo poderá sofrer alterações significativas em razão da inexistência de decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos apresentado pela União nos autos do *leading case*, julgado em sede de repercussão geral, e ainda da indefinição acerca da fixação de forma de cálculo da exclusão (exclusão do ICMS destacado ou do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS).

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 161.895, composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de Tag Along de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b) Ações em tesouraria

		Controladora							
		31.12.19		31.12.18		31.12.17		31.12.16	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

c) Resultado do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Prejuízo/(lucro) líquido do exercício	(79.592)	(223)	(106.006)	(9.715)
(-) Reserva legal	-	-	-	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	2.502	12.772	13.355	4.298
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	8.047	590	518	387
Realização - custo atribuído	23.893	8.948	12.530	8.947
Prejuízo/(lucro) base para distribuição de dividendos	<u>(45.150)</u>	<u>22.087</u>	<u>(79.603)</u>	<u>3.917</u>
Dividendo mínimo obrigatório		5.520	-	980
Dividendos distribuídos	-	3.746	-	4.067
Saldo de dividendos a pagar	-	1.774	-	-
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	-	0,033591	-	0,005961
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	-	0,033591	-	0,005961

O valor de dividendos apurado decorrentes dos ajustes em 2018 no total de R\$ 1.774, será proposto pela Administração à aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

d) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital. No exercício findo em 31 dezembro de 2019, não houve constituição de reserva legal. O saldo de reserva legal foi utilizado para absorção de prejuízos.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de reserva de retenção de lucros foi utilizado para absorção de prejuízos.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii. da nota explicativa nº 33, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

e) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados representam o saldo negativo dos resultados da Companhia após a absorção da reserva legal e da reserva de retenção de lucros, à espera de absorção futura.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terrás, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído,

quando também será oferecida a base de dividendos. O saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2019 corresponde a um saldo credor de R\$ 163.704, (R\$ 187.597 em 31 de dezembro de 2018).

Também estavam registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, liquidados no exercício de 2019 (R\$ 108.691 em 31 de dezembro de 2018). As movimentações do *hedge accounting* no período estão demonstradas na nota explicativa nº 31.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 01 de janeiro de 2016	<u>73.029</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	63.425
Realização - custo atribuído	<u>(8.947)</u>
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>127.507</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	3.695
Realização - custo atribuído	<u>(12.530)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>118.672</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(30.818)
Realização - custo atribuído	<u>(8.948)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>78.906</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	108.691
Realização - custo atribuído	<u>(23.893)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>163.704</u>

## 24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro/(prejuízo) das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro/(prejuízo) diluído é igual ao lucro/(prejuízo) básico por ação.

- Resultado básico e diluído das operações continuadas:

**Controladora e Consolidado**

	2019		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	24.772	1.684	26.456
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,1610	0,1610	
<hr/>			
	2018		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	25.479	1.732	27.211
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,1656	0,1656	
<hr/>			
	2017		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(61.321)	(4.167)	(65.488)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,3985)	(0,3985)	
<hr/>			
	2016		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	22.795	1.549	24.344
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,1481	0,1481	

b) Resultado básico e diluído das operações descontinuadas:

	2019		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(99.300)	(6.748)	(106.048)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,6453)	(0,6453)	
	2018		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(25.688)	(1.746)	(27.434)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,1669)	(0,1669)	
	2017		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(37.940)	(2.578)	(40.518)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,2465)	(0,2465)	
	2016		
	Reapresentado		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível			
a cada espécie de ações	(31.892)	(2.167)	(34.059)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,2072)	(0,2072)	

## 25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Receita bruta de vendas de produtos	1.140.232	986.861	881.434	805.553	1.150.762	998.853	890.380	813.289
Impostos sobre as vendas	(236.763)	(188.805)	(180.414)	(164.426)	(237.103)	(189.523)	(181.102)	(165.159)
Devolução de vendas	(14.665)	(10.007)	(7.534)	(9.287)	(14.880)	(10.171)	(7.692)	(9.300)
Receita líquida de vendas	<u>888.804</u>	<u>788.049</u>	<u>693.486</u>	<u>631.840</u>	<u>898.779</u>	<u>799.159</u>	<u>701.586</u>	<u>638.830</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas na transferência do controle dos produtos para seus clientes. Os principais produtos vendidos pela Companhia representam os segmentos operacionais estabelecidos conforme nota explicativa nº 32.

Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 6. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

## 26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
	Reapresentado							
Custos fixos e variáveis (materias primas e matérias de consumo)	(445.314)	(373.190)	(291.141)	(312.578)	(422.398)	(321.356)	(273.251)	(291.223)
Gastos com pessoal	(127.683)	(123.488)	(119.517)	(109.011)	(135.202)	(133.564)	(128.730)	(118.176)
Variação valor justo dos ativos biológicos	12.226	7.734	(1.333)	1.621	9.790	1.244	(8.133)	31.085
Depreciação, amortização e exaustão	(103.035)	(69.636)	(83.144)	(61.780)	(117.309)	(112.055)	(97.019)	(71.516)
Fretes de vendas	(46.427)	(39.724)	(35.535)	(34.726)	(47.853)	(39.724)	(35.535)	(34.726)
Contratação de serviços	(24.415)	(21.510)	(19.623)	(23.689)	(25.583)	(23.344)	(20.748)	(24.293)
Outras despesas com vendas	(34.066)	(32.615)	(30.578)	(29.730)	(35.774)	(32.615)	(30.578)	(29.730)
Total custos e despesas por natureza	(768.714)	(652.429)	(580.871)	(569.893)	(776.149)	(661.414)	(593.994)	(538.579)
Parcela do custo	(640.866)	(532.812)	(458.253)	(457.449)	(638.349)	(533.757)	(462.786)	(454.277)
Parcela da despesa	(140.074)	(127.351)	(121.285)	(114.065)	(145.770)	(128.901)	(123.075)	(115.387)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	12.226	7.734	(1.333)	1.621	9.790	1.244	(8.133)	31.085

## 27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
	Reapresentado							
Receita de bens sinistrados e alienados	1.582	-	-	2.077	1.603	-	-	2.077
Receita de venda de imóveis e terrenos	-	13.135	14.896	-	-	13.135	14.946	-
Receita de alienação de florestas	-	23.338	19.100	-	-	37.327	19.100	-
Venda de Florestas à CMPC	39.000	-	-	-	39.000	-	-	-
Venda de Terras à Rio Negro	53.000	-	-	-	53.000	-	-	-
Garbo ação exclusão ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	74.124	-	-	-	74.124	-	-	-
Outras receitas operacionais	1.761	2.601	1.955	3.102	1.789	2.825	1.985	3.124
	169.467	39.074	35.951	5.179	169.516	53.287	36.031	5.201
Despesas	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
	Reapresentado							
Custo dos bens sinistrados e alienados	(166)	-	-	(1.791)	(204)	-	-	(1.791)
Custo de venda de imóveis e terrenos	-	(15.174)	(8.788)	-	-	(15.174)	(8.838)	-
Custo das florestas alienadas	-	(22.925)	(31.642)	(190)	-	(45.138)	(31.642)	(190)
Constituição previdenciária sobre a provisão de férias de exercícios anteriores	-	-	-	(1.988)	-	-	-	(1.988)
Efeito da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	-	-	(4.893)	-	-	-	(4.893)	-
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	-	7.833	(17.064)	-	-	7.833	(17.064)	-
Provisão/reversa perda de créditos a receber XKW Trading	-	500	(3.018)	-	-	500	(3.018)	-
Contingência na controlada Habitasul Florestal	-	-	-	-	(4.000)	-	-	-
Provisão perda de créditos a receber de clientes em renegociação e recuperação judicial	-	-	(14.683)	-	-	-	(14.683)	-
Custo venda de Florestas à CMPC	(41.891)	-	-	(41.891)	-	-	-	-
Custo venda de Terras à Rio Negro	(36.907)	-	-	(36.907)	-	-	-	-
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.316)	(1.244)	(5.969)	-	(1.316)	(1.244)	(5.969)	-
Provisão perda de crédito tributário consolidação REFIS	-	-	(1.701)	-	-	-	(1.701)	-
Outras despesas operacionais	(2.721)	(7.237)	(12.804)	(8.082)	(2.706)	(7.369)	(12.824)	(8.101)
	(83.001)	(38.247)	(100.562)	(12.051)	(87.024)	(60.592)	(100.632)	(12.070)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	86.466	827	(64.611)	(6.872)	82.492	(7.305)	(64.601)	(6.869)

## 28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Receitas financeiras								
Rendimentos de aplicações financeiras	2.430	5.143	6.669	7.437	2.465	5.178	7.518	10.794
Juros	58.929	666	(138)	855	58.929	666	(130)	892
Descontos obtidos	643	363	64	105	646	366	64	106
	62.002	6.172	6.595	8.397	62.040	6.210	7.452	11.792
Variação cambial								
Variação cambial ativa	15.245	19.272	13.389	23.049	15.245	19.272	13.389	23.049
Variação cambial passiva	(174.716)	(22.948)	(20.665)	(40.433)	(174.716)	(22.948)	(20.665)	(40.433)
Variação cambial líquida	(159.471)	(3.676)	(7.276)	(17.384)	(159.471)	(3.676)	(7.276)	(17.384)
Despesas financeiras								
Juros	(130.822)	(91.879)	(94.566)	(84.110)	(130.834)	(92.874)	(96.504)	(86.140)
Descontos concedidos	(609)	(873)	(540)	(828)	(609)	(874)	(540)	(828)
Deságios/despesas bancárias	(861)	60	(35)	(76)	(865)	60	(43)	(80)
Juros Passivos Sobre Arrendamentos	(2.029)	-	-	-	(2.029)	-	-	-
Outros	(2.879)	(1.235)	(1.467)	(1.443)	(2.879)	(1.238)	(1.467)	(1.449)
	(137.200)	(93.927)	(96.608)	(86.457)	(137.216)	(94.926)	(98.554)	(88.497)
Resultado financeiro líquido	(234.669)	(91.431)	(97.289)	(95.444)	(234.647)	(92.392)	(98.378)	(94.089)

A Receita financeira de juros está impactada pelo reconhecimento da correção pela SELIC dos créditos de PIS e COFINS, relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS, que transitou em julgado, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

A despesa de variação cambial passiva está impactada pela realização do *hedge accounting*, devido a liquidação de operações financeiras que faziam parte do instrumento do *hedge accounting*, conforme descrito na nota explicativa nº 31.

## 29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2017	2016	2019	2018	2017	2016
Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Prejuízo/(Lucro) operacional antes dos efeitos tributários das Operações Contínuadas	(29.640)	37.975	(55.503)	(2.771)	(29.525)	38.048	(55.387)	(707)
Prejuízo/(Lucro) operacional antes dos efeitos tributários das Operações Descontinuadas	(106.048)	(27.434)	(40.518)	(34.059)	(106.048)	(27.434)	(40.518)	(34.059)
Prejuízo/(Lucro) operacional antes dos efeitos tributários Alíquota básica	(135.688)	10.541	(96.021)	(36.830)	(135.573)	10.614	(95.905)	(34.766)
34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	46.134	(3.584)	32.647	12.522	46.095	(3.609)	32.608	11.820
Imposto de Renda e Contribuição Social não constituídos	-	(8.208)	(35.668)	-	-	(8.208)	(35.668)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social constituídos de exercícios anteriores	7.361	-	-	-	7.361	-	-	-
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:								
Equivalência patrimonial	(519)	(2.394)	(2.114)	12.783	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	395	(853)	(276)	(269)	395	(853)	(276)	(269)
Constituição (reversão) incentivos fiscais	58	441	(3.759)	2.585	58	441	(3.759)	2.585
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	-	-	(634)	(2.467)	(2.230)	10.719
Outras diferenças permanentes	2.667	3.834	(815)	(506)	2.706	3.859	(776)	196
	56.096	(10.764)	(9.985)	27.115	55.981	(10.837)	(10.101)	25.051
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	2	(299)	(406)	(525)	(1.348)
Imposto de renda e contribuição social diferido	56.096	(10.764)	(9.985)	27.113	56.280	(10.431)	(9.576)	26.399
Taxa efetiva - %	41,3	102,1	(10,4)	73,6	41,3	102,1	(10,5)	72,1

## 30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 479.340. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

## 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas na notas explicativas nº 17 e nº 18, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e banco conta vinculada, conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e nº 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2019 foi de 31,6% capital próprio e 68,4% capital de terceiros.

### Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
	Reapresentado							
Dívida (a)	838.256	824.875	798.241	948.769	838.310	824.966	813.315	967.334
Caixa e saldos de bancos	(78.318)	(130.778)	(75.896)	(82.844)	(80.822)	(132.219)	(76.949)	(103.885)
Bancos conta Vinculada	(29.165)	-	(8.732)	(94.198)	(29.165)	-	(8.732)	(94.198)
Dívida Líquida	<u>730.773</u>	<u>694.097</u>	<u>713.613</u>	<u>771.727</u>	<u>728.323</u>	<u>692.747</u>	<u>727.634</u>	<u>769.251</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>336.485</u>	<u>307.386</u>	<u>343.947</u>	<u>446.258</u>	<u>336.491</u>	<u>307.394</u>	<u>343.955</u>	<u>446.268</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,17</u>	<u>2,26</u>	<u>2,07</u>	<u>1,73</u>	<u>2,16</u>	<u>2,25</u>	<u>2,12</u>	<u>1,72</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17 e nº 18.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e saldos de bancos	78.318	130.778	80.822	132.219
Custo amortizado				
Conta a receber de clientes	162.380	169.226	163.828	170.873
Outras contas a receber	27.050	783	27.219	819
Bancos conta vinculada	29.165	-	29.165	-
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	325.729	824.875	325.783	824.966
Debêntures	512.527	-	512.527	-
Fornecedores	117.560	118.983	89.820	95.085
Adiantamento de clientes	4.796	1.395	4.860	1.399
Passivo de arrendamento	22.397	-	22.397	-
Parcelamentos tributários	24.036	29.218	24.036	29.218
Dividendos a pagar	1.818	5.543	1.818	5.543
Outras contas a pagar	13.561	11.300	13.867	11.499

	Controladora		Consolidado	
	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativos financeiros</b>				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	75.896	82.844	76.949	103.885
Conta a receber de clientes	167.140	153.644	168.124	154.227
Outras contas a receber	8.993	20.534	9.029	20.585
Bancos conta vinculada	8.732	94.198	8.732	94.198
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	798.241	908.303	813.315	926.868
Debêntures	-	40.466	-	40.466
Fornecedores	96.187	111.849	82.951	79.849
Adiantamento de clientes	1.462	1.355	1.466	1.373
Parcelamentos tributários	331	2.212	331	2.215
Dividendos a pagar	91	4.234	91	4.234
Outras contas a pagar	15.063	16.478	15.307	16.701

#### Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

#### Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
Contas a receber	25.004	25.303	27.508	20.062	25.004	25.303	27.508	20.062
Adiantamento de clientes	(4.796)	(565)	(346)	(139)	(4.796)	(565)	(346)	(139)
Fornecedores	(1.141)	(552)	(395)	(335)	(1.141)	(552)	(395)	(335)
Empréstimos e financiamentos	(23.720)	(378.255)	(346.437)	(372.431)	(23.720)	(378.255)	(346.437)	(372.431)
Exposição líquida	<u>(4.653)</u>	<u>(354.069)</u>	<u>(319.670)</u>	<u>(352.843)</u>	<u>(4.653)</u>	<u>(354.069)</u>	<u>(319.670)</u>	<u>(352.843)</u>

A Companhia protege a exposição cambial líquida com o equivalente a menos de um mês das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2019, e menos de um mês das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2018.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2020).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2020.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2020.

Operação	Saldo 31.12.19 US\$	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
		Taxa	Ganho (perda) R\$	Taxa	Ganho (perda) R\$	Taxa	Ganho (perda) R\$
<b>Ativos</b>							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	5.920	4,24	75	5,30	6.345	6,35	12.616
<b>Passivos</b>							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(1.406)	4,24	(18)	5,30	(1.507)	6,35	(2.996)
Empréstimos e financiamentos	(5.616)	4,24	(71)	5,30	(6.019)	6,35	(11.968)
Efeito líquido			(14)		(1.181)		(2.348)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2019 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações.

Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

#### Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de

Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), EURIBOR (*The Euro Interbank Offered Rate*).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2020). A TJLP é extraída do BNDES. Para EURIBOR são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2020.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2020.

Operação	Indexador	Cenário base			Cenário adverso			Cenário remoto		
		Saldo 31.12.19	Taxa % a.a	R\$	Ganho (Perda)	Taxa % a.a	R\$	Ganho (Perda)	Taxa % a.a	R\$
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>										
CDB	CDI	95.661	4,22%	(159)	5,28%	775	8,10%	1.710		
<b>Captações</b>										
Capital de Giro	CDI	(790.194)	4,22%	1.540	5,28%	(7.486)	8,10%	(16.513)		
BNDES	TJLP	(22.594)	5,09%	108	6,36%	(179)	8,93%	(467)		
Finame	TJLP	(1.798)	5,09%	9	6,36%	(14)	8,93%	(37)		
Finame	SELIC	(283)	4,22%	1	5,28%	(2)	7,31%	(5)		
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor 6M	(782)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-		
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>										
				<u>1.499</u>		<u>(6.906)</u>		<u>(15.312)</u>		

### Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber, contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures - considerando as dívidas, informações de mercado e as taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures contratados, o valor justo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 862.896. A Companhia utilizou como técnica de avaliação fluxos de caixa descontados, considerando o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco da Companhia. O valor justo apurado é de nível 2, na hierarquia do valor justo.

### Riscos de crédito

As vendas à prazo da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

### Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos.

**Controladora**

	2020	2021	2022	2023	acima 2023
Passivos					
Fornecedores	117.560	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	253.824	42.759	36.390	118	7
Debêntures	40.461	19.641	19.336	184.181	349.120
Parcelamentos tributários	6.856	6.856	6.856	3.468	-
Adiantamento de clientes	4.796	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.692	4.688	4.688	4.688	3.641
Dividendos a pagar	1.818	-	-	-	-
Outras contas a pagar	13.502	59	-	-	-
	<u>443.509</u>	<u>74.003</u>	<u>67.270</u>	<u>192.455</u>	<u>352.768</u>

**Consolidado**

	2020	2021	2022	2023	acima 2023
Passivos					
Fornecedores	89.820	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	253.870	42.771	36.390	118	7
Debêntures	40.461	19.641	19.336	184.181	349.120
Parcelamentos tributários	6.856	6.856	6.856	3.468	-
Adiantamento de clientes	4.860	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.692	4.688	4.688	4.688	3.641
Dividendos a pagar	1.818	-	-	-	-
Outras contas a pagar	13.808	59	-	-	-
	<u>416.185</u>	<u>74.015</u>	<u>67.270</u>	<u>192.455</u>	<u>352.768</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

#### Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial, considerando seu fluxo das exportações, tendo classificado como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protegia o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros através da contratação de instrumentos financeiros passivos não derivativo, considerado *hedge* natural.

Em agosto de 2019 foram liquidadas duas operações que incorporavam o *Hedge accounting*, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander, reduzindo assim o saldo de variação cambial no patrimônio líquido, devido a reclassificação para resultado.

Em novembro de 2019 foi liquidada a operação restante que incorporava o *Hedge accounting*, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Bank Of América NA., zerando assim o saldo de variação cambial no patrimônio líquido, devido a reclassificação para resultado.

Movimentação do <i>Hedge</i> fluxo de caixa	31.12.19	31.12.18	31.12.17	31.12.16
	Controladora e Consolidado			
Saldo inicial	164.683	117.989	123.587	219.686
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	14.509	55.167	3.867	(77.543)
Ressarcimento para resultado	(179.192)	(8.473)	(9.465)	(18.556)
	-	164.683	117.989	123.587
Saldo inicial	(55.992)	(40.116)	(42.019)	(74.693)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(4.933)	(18.757)	(1.315)	26.365
Impostos sobre ressarcimento para resultado	60.925	2.881	3.218	6.309
	-	(55.992)	(40.116)	(42.019)
Saldo Final	-	108.691	77.873	81.568

## 32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

### a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria e Embalagem SP - Indaiatuba.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado 2019				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	472.492	248.535	9.019	-	730.046
Mercado externo	-	92.653	76.080	-	168.733
Vendas líquidas totais	472.492	341.188	85.099	-	898.779
Variação valor justo ativo biológico	-	10.837	(2.867)	-	7.970
Custo dos produtos vendidos	(363.864)	(207.348)	(66.129)	(1.008)	(638.349)
Lucro bruto	108.628	144.677	16.103	(1.008)	268.400
Despesas operacionais	(56.545)	(25.632)	(17.496)	36.395	(63.278)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	52.083	119.045	(1.393)	35.387	205.122
Resultado financeiro	(75.886)	(134.389)	(24.372)	-	(234.647)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	(23.803)	(15.344)	(25.765)	35.387	(29.525)
Resultado operacional líquido das operações descontinuadas	(106.048)	-	-	-	(106.048)
Resultado operacional líquido	(129.851)	(15.344)	(25.765)	35.387	(135.573)
Depreciação e Amortização	(12.424)	(45.012)	(1.393)	(1.691)	(60.520)
	Consolidado 2018				
	Reapresentado				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	427.277	192.870	8.901	-	629.048
Mercado externo	-	90.805	79.306	-	170.111
Receita de vendas para terceiros	427.277	283.675	88.207	-	799.159
Ganho em transações entre segmentos	-	39.921	-	(39.921)	-
Vendas líquidas totais	427.277	323.596	88.207	(39.921)	799.159
Variação valor justo ativo biológico	-	11.674	(10.430)	-	1.244
Custo dos produtos vendidos	(370.219)	(140.373)	(61.974)	38.809	(533.757)
Lucro bruto	57.058	194.897	15.803	(1.112)	266.646
Despesas operacionais	(55.942)	(23.850)	(9.212)	(47.202)	(136.206)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.116	171.047	6.591	(48.314)	130.440
Resultado financeiro	(31.711)	(54.962)	(5.719)	-	(92.392)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	(30.595)	116.085	872	(48.314)	38.048
Resultado operacional líquido das operações descontinuadas	(27.434)	-	-	-	(27.434)
Resultado operacional líquido	(58.029)	116.085	872	(48.314)	10.614
Depreciação e Amortização	(8.313)	(35.776)	(1.134)	(1.401)	(46.624)

	Consolidado				
	2017				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	401.588	166.472	7.488	-	575.548
Mercado externo	-	73.413	52.625	-	126.038
Receita de vendas para terceiros	401.588	239.885	60.113	-	701.586
Ganho em transações entre segmentos	-	43.345	-	(43.345)	-
Vendas líquidas totais	401.588	283.230	60.113	(43.345)	701.586
Variação valor justo ativo biológico	-	7.701	(15.834)	-	(8.133)
Custo dos produtos vendidos	(347.805)	(108.688)	(48.928)	42.635	(462.786)
Lucro bruto	53.783	182.243	(4.649)	(710)	230.667
Despesas operacionais	(81.032)	(42.934)	(6.068)	(57.642)	(187.676)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(27.249)	139.309	(10.717)	(58.352)	42.991
Resultado financeiro	(31.712)	(60.082)	(6.584)	-	(98.378)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	(58.961)	79.227	(17.301)	(58.352)	(55.387)
Resultado operacional líquido das operações descontinuadas	(40.518)	-	-	-	(40.518)
Resultado operacional líquido	(99.479)	79.227	(17.301)	(58.352)	(95.905)
Depreciação e Amortização	(7.280)	(38.739)	(974)	(1.478)	(48.471)
	Consolidado				
	2016				
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	346.334	145.057	6.077	-	497.468
Mercado externo	-	86.099	55.263	-	141.362
Receita de vendas para terceiros	346.334	231.156	61.340	-	638.830
Ganho em transações entre segmentos	-	15.672	-	(15.672)	-
Vendas líquidas totais	346.334	246.828	61.340	(15.672)	638.830
Variação valor justo ativo biológico	-	11.572	19.513	-	31.085
Custo dos produtos vendidos	(299.945)	(116.391)	(52.822)	14.881	(454.277)
Lucro bruto	46.389	142.009	28.031	(791)	215.638
Despesas operacionais	(47.233)	(25.793)	(4.871)	(44.359)	(122.256)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(844)	116.216	23.160	(45.150)	93.382
Resultado financeiro	(28.617)	(59.415)	(6.061)	4	(94.089)
Resultado operacional líquido das operações continuadas	(29.461)	56.801	17.099	(45.146)	(707)
Resultado operacional líquido das operações descontinuadas	(34.059)	-	-	-	(34.059)
Resultado operacional líquido	(63.520)	56.801	17.099	(45.146)	(34.766)
Depreciação e Amortização	(1.641)	(35.776)	(1.134)	(1.401)	(39.952)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

A operação descontinuada fazia parte do segmento Embalagem PO, e seus efeitos detalhados estão demonstrados na nota explicativa nº 37.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2019 totalizaram R\$ 898.779 (R\$ 799.159 em 2018).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2019 totalizou R\$ 168.733 (R\$ 170.111 em 2018), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
	2019			2018	
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	30.504	3,39%	Argentina	23.593	2,95%
Arábia Saudita	18.958	2,11%	China	18.706	2,34%
China	17.526	1,95%	Arábia Saudita	17.291	2,16%
Portugal	16.559	1,84%	Alemanha	16.486	2,06%
Japão	9.634	1,07%	Japão	9.660	1,21%
África do Sul	8.959	1,00%	Chile	8.735	1,09%
Países Baixos	7.875	0,88%	África do Sul	8.264	1,03%
Paraguai	7.668	0,85%	Paraguai	7.624	0,95%
Chile	7.060	0,79%	Holanda	7.239	0,91%
Espanha	6.983	0,78%	França	7.178	0,90%
Índia	6.896	0,77%	Peru	6.671	0,83%
Peru	6.129	0,68%	Índia	6.111	0,76%
França	3.666	0,41%	Portugal	4.685	0,59%
Turquia	3.386	0,38%	Turquia	4.453	0,56%
México	3.197	0,36%	México	4.329	0,54%
Outros Países	13.733	1,53%	Outros países	19.086	2,39%
	168.733	18,79%		170.111	21,27%

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2019 no mercado interno totalizaram R\$ 730.046 (R\$ 629.048 em 2018).

No ano de 2019, um único cliente representava 7,6% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 35.830. As demais vendas da

Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

### 33. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) **ICMS/SC – Prodec**: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 8,64% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 13.337 (R\$ 17.558 em 31 de dezembro de 2018) de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental de R\$ 12.560 (R\$ 15.476 em 31 de dezembro de 2018).

- ii) **ICMS/MG – Crédito Presumido**: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG.

### 34. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.19	6.215	15.613	3.794	25.622
Depreciação no período	(659)	(2.008)	(1.186)	(3.853)
Adição/baixa de contratos no período - efeito na depreciação acumulada	-	-	729	729
Adição/baixa de contratos no período - efeito principal	-	-	(73)	(73)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	<u>5.556</u>	<u>13.605</u>	<u>3.264</u>	<u>22.425</u>
Custo	6.215	15.613	3.721	25.549
Depreciação acumulada	(659)	(2.008)	(457)	(3.124)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	<u>5.556</u>	<u>13.605</u>	<u>3.264</u>	<u>22.425</u>

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas de 12,06% a 14,43% a.a., calculadas considerando a taxa livre de risco (NTN), o spread de risco da Companhia, o risco equivalente do país e o risco específico do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 6,5 anos.

Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Total
Reconhecimento inicial em 01.01.19	10.314	26.758	4.697	41.769
Parcela do arrendamento no período	(1.472)	(3.170)	(1.340)	(5.982)
Adição/baixa de contratos no período - efeito no principal	-	-	1.051	1.051
Reconhecimento inicial juros a incorrer em 01.01.19	(4.099)	(11.145)	(903)	(16.147)
Juros sobre arrendamento no período	437	1.257	407	2.101
Adição/baixa de contratos no período - efeito nos juros	-	-	(395)	(395)
Saldo contábil líquido em 31.12.19	<u>5.180</u>	<u>13.700</u>	<u>3.517</u>	<u>22.397</u>
Curto prazo				2.888
Longo prazo				19.509

Os juros sobre arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros (não descontados) estão assim distribuídos:

Controladora e Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:	
2020	5.757
2021	5.712
2022	5.708
2023	5.708
2024 em diante	<u>13.953</u>
	<u>36.838</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de prédios, construções, equipamentos e instalações. Sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

**Controladora e Consolidado**

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação do arrendamento	37.509	22.488
PIS/COFINS (9,25%)	3.470	2.080

Conforme o ofício circular CVM 02/2019, a Companhia adotou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado a taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a utilização de fluxos de caixa nominais e taxa nominais, conforme recomendado pela CVM, e concluiu que estes não geram diferenças materiais nas informações apresentadas conforme quadro a seguir:

Controladora e Consolidado	Fluxo real		Fluxo nominal	
	01.01.19	31.12.19	01.01.19	31.12.19
Passivo de arrendamento	41.769	36.838	48.992	42.767
Juros embutidos	(16.147)	(14.441)	(19.687)	(19.199)
	<u>25.622</u>	<u>22.397</u>	<u>29.305</u>	<u>23.568</u>

### 35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2019, a Companhia realizou créditos de PIS e COFINS sobre itens do imobilizado de R\$ 1.034, recebeu créditos a receber de cliente em troca de terreno para propriedade de investimento no valor de R\$ 2.432, reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de PIS e COFINS no valor de R\$ 143.157, reconheceu *impairment* de operação descontinuada no valor de R\$ 54.856 e aprovou cisão parcial e incorporação de controlada no valor de R\$ 68.536.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou aporte de capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 5.030 e efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 3.567 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

## 36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo de arrendamento
<b>Saldo em 31.12.17 (Reapresentado)</b>	<b>798.241</b>	<b>91</b>	<b>-</b>	<b>813.315</b>	<b>91</b>	<b>-</b>
Alterações que afetam caixa	(96.605)	(68)	-	(98.585)	(68)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(68)	-	-	(68)	-
Empréstimos captados	108.282	-	-	108.395	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(134.920)	-	-	(136.240)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(69.967)	-	-	(70.740)	-	-
Alterações que não afetam caixa	123.239	5.520	-	110.236	5.520	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	99.883	-	-	100.870	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	46.695	-	-	46.695	-	-
Dividendos propostos	-	5.520	-	-	5.520	-
Receita de venda de ativo biológico (i)	(23.339)	-	-	(37.329)	-	-
<b>Saldo em 31.12.18 (Reapresentado)</b>	<b>824.875</b>	<b>5.543</b>	<b>-</b>	<b>824.966</b>	<b>5.543</b>	<b>-</b>
Alterações que afetam caixa	(90.885)	(3.725)	(5.982)	(90.930)	(3.725)	(5.982)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(3.725)	-	-	(3.725)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(3.893)	-	-	(3.893)
Empréstimos captados	200.512	-	-	200.512	-	-
Emissão de debêntures (Líquido dos custos de captação)	493.609	-	-	493.609	-	-
Empréstimos e debêntures pagos	(763.424)	-	-	(763.469)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.582)	-	-	(21.582)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.089)	-	-	(2.089)
Alterações que não afetam caixa	104.266	-	28.379	104.274	-	28.379
Passivo de arrendamento - Reconhecimento inicial em 01.01.19	-	-	25.622	-	-	25.622
Passivo de arrendamento - Adição/baixa no período	-	-	656	-	-	656
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	268.949	-	-	268.957	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.101	-	-	2.101
<i>Hedge Accounting</i>	(164.683)	-	-	(164.683)	-	-
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>838.256</b>	<b>1.818</b>	<b>22.397</b>	<b>838.310</b>	<b>1.818</b>	<b>22.397</b>

(i) Refere-se a liquidação de contrato pela entrega de ativos

## 37. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em setembro de 2019 a Companhia descontinuou as operações de Embalagem de Papelão Ondulado na Unidade de Vila Maria em São Paulo/SP. Em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 e 2016, os resultados, fluxo de caixa e resultado financeiro das atividades operacionais da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

	2019	2018	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita líquida	61.775	134.655	157.009	137.542
Custo dos produtos vendidos	(66.245)	(132.754)	(152.011)	(132.837)
Prejuízo (lucro) bruto	(4.470)	1.901	4.998	4.705
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(12.815)	(16.837)	(23.034)	(20.958)
Resultado financeiro	(25.303)	(12.453)	(13.030)	(18.342)
Outras receitas e despesas operacionais	(63.460)	(45)	(9.452)	536
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(106.048)	(27.434)	(40.518)	(34.059)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Prejuízo de operação descontinuada	(106.048)	(27.434)	(40.518)	(34.059)

O resultado da operação descontinuada no exercício de 2019 inclui o valor de R\$ 4.846 referente a provisões para desmobilização da operação descontínua.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) das operações Descontinuadas	(106.048)	(27.434)	(106.048)	(27.434)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	4.875	5.622	4.875	5.622
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	447	390	447	390
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.803	297	4.803	297
<i>Impairment</i> sobre ativo imobilizado	54.856	-	54.856	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	264	(96)	264	(96)
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.699	3.803	2.699	3.803
Juros sobre passivos de arrendamento	70	-	70	-
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	-	(3.386)	-	(3.386)
	(38.034)	(20.804)	(38.034)	(20.804)
Aumento (diminuição) de ativos:				
Contas a receber	26.191	632	26.191	632
Estoques	7.621	1.095	7.621	1.095
Aumento de passivos:				
Fornecedores	(3.668)	(9.951)	(3.668)	(9.951)
Obrigações sociais e previdenciárias	(197)	(2.394)	(197)	(2.394)
Obrigações tributárias	163	(4.348)	163	(4.348)
Caixa usado nas operações	(7.924)	(35.770)	(7.924)	(35.770)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(350)	(3.419)	(350)	(3.419)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	(70)	-	(70)	-
Caixa líquido usado nas (obtido das) atividades operacionais	(8.344)	(39.189)	(8.344)	(39.189)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de imobilizado	(853)	(1.730)	(853)	(1.730)
Recebimento em alienação de ativo imobilizado	600	225	600	225
Caixa líquido (obtido das) aplicado nas atividades de investimento	(253)	(1.505)	(253)	(1.505)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Passivo de arrendamento pago	(420)	-	(420)	-
Empréstimos e Debêntures pagos	(14.485)	(10.358)	(14.485)	(10.358)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	(14.905)	(10.358)	(14.905)	(10.358)
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO	(23.502)	(51.052)	(23.502)	(51.052)

## 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2020, a Companhia divulgou através de Fato Relevante a possibilidade de realização de uma eventual oferta pública de distribuição primária de ações. Para tanto, a Companhia engajou o Banco BTG Pactual S.A., o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. para a prestação de serviços de coordenação de Potencial Oferta. Até o momento, a Companhia não definiu e nem aprovou a efetiva realização da Potencial Oferta, seus termos e condições, ou quaisquer outras possíveis operações para captação de recursos e, portanto, nesta data, não está sendo realizada qualquer oferta pública de distribuição de ações de sua emissão no Brasil, nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição. Destaca-se que a efetiva realização da Potencial Oferta, assim como qualquer operação deste tipo, está sujeita, entre outros fatores, à obtenção das aprovações necessárias, incluindo as respectivas aprovações societárias aplicáveis, às condições políticas e macroeconômica favoráveis, ao interesse de investidores, a procedimentos inerentes à realização de ofertas públicas na forma da regulamentação vigente, dentre outros fatores alheios à vontade da Companhia. Caso

efetivada, a Potencial Oferta será conduzida em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis

Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2020, foi autorizado o início dos trabalhos preparatórios para migração da Companhia para o Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), que incluirá a conversão das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, além da elaboração e implementação das políticas, códigos e regimentos internos exigidos pela B3 para ingresso no segmento do Novo Mercado, devendo uma nova reunião do Conselho de Administração ser convocada oportunamente para a efetiva aprovação da proposta de migração, a qual também dependerá de aprovação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral e pela B3. O início dos trabalhos de migração da Companhia para o Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) foi também aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2020.

Em 19 de fevereiro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a alteração da denominação da sociedade que passa a ser “IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.”, e a correlata alteração do Artigo 1º do Estatuto Social. A alteração tem por objetivo adotar, na denominação social da Companhia, um nome mais alinhado às atividades preponderantemente realizadas pela Companhia (qual seja, a fabricação de papel e embalagem), diminuindo assim a percepção equivocada de que a Companhia se encaixa no setor de celulose de mercado.